

filantropia & gestão social



Brasil – Edição 53 – Jul./Ago. – 2011

Ponto de vista

Secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil fala sobre o problema no país

Captação de Recursos

Editais internacionais são alternativa para diversificação das fontes de recursos

DataFilantropia

Como as empresas podem educar o consumidor para a sustentabilidade?

26000

ISO DA
RESPONSABILIDADE
SOCIAL TRAÇA
DIRETRIZES DE
ATUAÇÃO PARA
ORGANIZAÇÕES

Apresentadora fala sobre a atuação da Fundação Xuxa Meneghel e de suas iniciativas em prol do desenvolvimento da sociedade

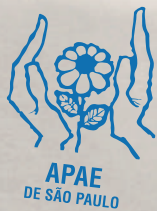
Entrevista
Xuxa





Vinicius Araujo, 25 anos,
tem deficiência intelectual.

Hoje me sinto um cidadão
Essa é a minha vitória



Vinicius descobriu na APAE DE SÃO PAULO que podia encontrar seu caminho. Hoje Vinicius não tem mais medo de sair na rua e se perder. Pega o ônibus sozinho, encontra com os amigos, trabalha e até ajuda nas contas de casa. Um cidadão completo como qualquer outro. Um exemplo para todos nós, que mostra que para seguir em frente basta acreditar. Todo homem nasceu para brilhar. E o Vinicius também.

APAE DE SÃO PAULO | 50 ANOS

www.eutambemnasciparabrilhar.org.br

Sumário



04

Entrevista

Xuxa

Apresentadora infantil fala sobre a Fundação Xuxa Meneghel e a importância da educação para o desenvolvimento infantil



18

Captação de recursos

Editais internacionais

Como os editais internacionais podem trazer recursos para organizações brasileiras e ser uma alternativa para captar recursos



34

Capa

ISO 26000

ISO da responsabilidade social, organizada por representantes de 99 países e 42 organizações regionais e internacionais, traz diretrizes para melhorar as práticas dentro das organizações



41

Comunicação

Internet

Com a capacidade de integrar pessoas de diferentes partes do mundo, a rede de computadores influencia as relações humanas

Acontece	08	Sustentabilidade	46
Ponto de Vista	14	Case Empresarial	52
Especial	16	DataFilantropia	56
Voluntariado	21	Serviços	58
Contabilidade	24	Reflexão	62
Legislação	26	Geração de Renda	64
Responsabilidade Social	44		

REVISTA
filantropia
& gestão social

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686



Zeppelin Editorial Ltda.
Rua Bela Cintra, 178
CEP 01415-000
São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)
Redação
Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)
Juliana Fernandes (MTB 63.201/SP)
Paula Craveiro
Arte
Cristiane Gonçalves Cabral
Daniel Gallo
Luciana Silva Rodrigues
Rafael Tadeu Sarto
Rodolfo Daufembach Lucas
Ruben Moreira da Silva
Edição
Alba de Souza Wodianer Marcondes
Karina Watanabe

Atendimento
Ana Luisa Moraes do Nascimento
José Henrique Tavares Gabriel
Juliana Moraes Barbosa Leal
Gestão Social
Juliana Fernandes
Maurício Dias Lopes
Rogério Ramos Costa
Thais Iannarelli
Administração
Mauro Zeppelini
Raquel Siqueira Gomes
Stefany Martins
William Pires
Comercial
Hilton Rocha da Justa

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasioli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anisia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sabo
Felipe Mello
Fernando Credidio
Livio Giosa
Marcelo Estraviz
Milú Villela
Roberto Ravagnani
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



A profissionalização do Universo Social

O Terceiro Setor brasileiro está mais profissional do que 10 ou 20 anos atrás. As organizações sociais, as empresas, os cidadãos comuns e até os governos já possuem um olhar diferente na seara social. Empenham projetos, energia, tempo e dinheiro em ações que desenvolvam a coletividade e construam, de forma sustentável, um habitat igualitário para nós, seres humanos, e para os demais seres vivos que ainda vivem neste planeta.

Mais que isso, pensamos com mais senso crítico no **amanhã**, tentando fazer um **hoje** diferente. Aqueles que ainda habitarão nossos lares devem ter uma vida digna, com alimentação, saúde, ar puro e demais ingredientes para se viver feliz.

Antes de o trem passar, você o ouve, avista-o de longe, sente o deslocamento do ar... Percebo nas ações do dia a dia a melhora da condição humana com bitucas de cigarro apagadas, líderes autoritaristas depositos e terroristas mortos. O mal do mundo ainda é expressamente soberbo em relação às benesses que o mundo está tentando emplacar. Mas a percepção é a primeira sensação de que o mundo está mudando. O trem está chegando!

Ainda temos diversas conquistas a serem alcançadas. Naquela metáfora do "dar o peixe" ou "ensinar a pescar", acredito que demos o primeiro passo: alimentamos com peixes doados aqueles famintos que não teriam energia para aprender a pescar. Agora é o segundo e mais importante momento: o da transformação sustentável, a década da erradicação de problemas. Um a um serão riscados de uma lista de tarefas na qual devemos focar nossos olhos, bem como os olhos de nossos filhos – afinal, não dará tempo de findar a lista sem a ajuda de nossas proles.

Foco no futuro, determinação no presente e aprendizado do passado. Esta é uma das melhores receitas – se não a única – para que possamos viver bem. Desde agora!

Os 10 anos da Revista Filantropia.

Em 2012, nossa "menina dos olhos" chegará à pré-adolescência. Dez anos de informações que ajudaram o Terceiro Setor a "fazer o bem de forma bem feita". Cerca de 17 milhões de caracteres escritos a fim de auxiliar a transformação humana.


Tenho orgulho de fazer parte desta história, e mais que isso: encorajo-me a escrever e editar mais 17, 30, 100 milhões de caracteres; 10, 20 ou 300 bilhões de letras. Quero ver o Universo Social sendo transformado. Ufanista? Prefiro outro adjetivo: determinado.

Abraços sustentáveis,

Marcio Zeppelini
empresário, escritor e otimista.
marcio@zeppelini.com.br



Projeto Olhares poéticos sobre o meio ambiente, desenvolvido pela ARPA – Apreciação, Reflexão e Produção Artística. Autor: Pedro dos Santos, 11 anos

 Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



Parceiros Institucionais





Fada Madrinha

Eterna rainha dos baixinhos, Xuxa Meneghel realiza sonhos com o trabalho social de sua fundação

Por Juliana Fernandes



M

aria da Graça Meneghel nasceu em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, em março de 1963. O apelido Xuxa foi dado pelo irmão Bladimir, assim que sua mãe chegou com a menina recém-nascida na casa onde moravam. Dona Alda disse ao filho: “olha o neném que eu comprei para brincar com você”, e ele respondeu: “eu sei, é a minha Xuxa”. Só em 1988 a apresentadora passou a se chamar oficialmente Maria da Graça Xuxa Meneghel. Desde então, a artista é sucesso por seu trabalho na televisão, cinema, moda e publicidade. Além de se dedicar ao trabalho profissional, a rainha dos baixinhos faz questão de estar engajada em causas sociais – principalmente naquelas ligadas à defesa e à proteção da criança e do adolescente.

Em outubro de 1989, sua crescente preocupação com os pequenos fez com que ela inaugurasse a Fundação Xuxa Meneghel, que oferece às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e suas famílias a oportunidade de exercer plenamente seus direitos, desenvolver suas potencialidades e ter poder de decisão sobre as questões que as afetam diretamente. Hoje, a iniciativa tem sete grandes áreas de atuação: Arte e Cultura, Saúde, Nutrição e Agroecologia, Educação e Cidadania, Comunicação e Tecnologia, Esporte e Lazer, Família e Comunidade.

Nos últimos três anos, em parceria com outras organizações também comprometidas com a garantia dos direitos das crianças, a fundação vem participando de campanhas nacionais de *advocacy*, com o objetivo de conscientizar alguns setores da sociedade para questões como: violência intrafamiliar, institucional e comunitária e o uso adequado da internet. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Xuxa conta a importância desse projeto em sua vida e sua dedicação ao Terceiro Setor. ▶

RF: *Há pouco mais de 20 anos, você criou a Fundação Xuxa Meneghel que, desde então, desenvolve um trabalho com crianças, jovens e suas famílias em Guaratiba, zona oeste do Rio de Janeiro. Como surgiu a ideia do projeto?*

Xuxa Meneghel: Tudo isso começou com um sonho meu. Uma vez fui participar de um evento na Pavuna, zona norte do Rio de Janeiro, e uma senhora me convidou para conhecer a casa dela. Quando cheguei, vi que ela tomava conta de 80 crianças. Saí dali pensando: 'Puxa, uma pessoa praticamente sem recurso nenhum consegue tomar conta de tantas crianças. Se ela pode, eu também posso e devo fazer'. Foi ali que tudo começou. Minha Fundação comemora 22 anos no dia 12 de outubro de 2011. Quando encontro jovens que frequentaram a Fundação e hoje estão trabalhando, sustentando e ajudando suas famílias, sinto uma felicidade enorme, porque eles são a família Fundação Xuxa. Vejo um sonho que cresceu, multiplicou-se e hoje atende milhares de pessoas, dando oportunidade a quem não tinha nada. Com eles, aprendi o melhor. Eles são felizes e sabem dar mais do que receber!

RF: *Em todos esses anos atuando pela defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, o que mais marcou você até o momento?*

XM: A falta de respeito dos adultos com as crianças.

RF: *Recentemente você representou a 'Rede Não Bata, Eduque!' no seminário sobre Experiências de Legislação Contra Castigos Corporais de Crianças e Adolescentes. Sendo uma figura pública, qual é a importância de apoiar iniciativas como essa – principalmente quando se tem uma relação tão próxima com o público?*

XM: Trabalho há muito tempo na televisão e nunca bebi, fumei ou usei drogas. Trabalho sério. Venho de uma família grande, de pessoas que nasceram no interior. Eu venci por meio do meu trabalho. Conquistei outros países trabalhando para a criança. Tenho uma fundação por onde passam diariamente mais de 1.600 pessoas que têm oportunidade de mudar, aprender uma profissão, ter seus direitos defendidos. Então, apoiar campanhas que defendam o público que me deu tudo isso é minha obrigação como artista e cidadã. Já estou na luta contra os castigos físicos e humilhantes em crianças e adolescentes há muitos anos. Há seis, recebi da rede "Não bata, eduque!" o convite para ser porta voz da campanha. Primeiro, fiquei pensando: Como assim? Precisamos fazer uma campanha para dizer aos adultos que está errado bater em uma criança? Mas, infelizmente, os números mostram que muitas pessoas ainda pensam de forma diferente. Quanto mais me aprofundi nas pesquisas e conversei com profissionais, mais aprendi e descobri o quanto estamos atrasados em relação às leis de proteção à criança. Criança é um ser humano em desenvolvimento, mas não tem seus direitos respeitados como tal. Assim como evoluímos na questão da escravidão e dos direitos da mulher, precisamos cuidar urgentemente dos direitos das crianças. Em minha opinião, o primeiro passo é aprovar a lei, que já tramita na Câmara dos Deputados, que pune a violência infantil. Quando isso for crime, muitos adultos vão pensar duas vezes antes de bater em uma criança. Se eu, adulta, bater em outro adulto, serei presa. Então, como um adulto pode, em nome da educação, bater em uma criança?

RF: *Além das causas ligadas à infância, você se destaca pelo apoio ao cinema nacional e pela promoção da cultura no Brasil. Prova disso é que seus filmes já levaram mais de 37 milhões de espectadores às salas de cinema. Então, de maneira geral, qual a sua opinião sobre as políticas de incentivo à cultura no país?*

XM: Os filmes nacionais estão tendo ótimas bilheterias e, com isso, as coisas vão melhorar.


RF: *Sua preocupação com a natureza fez com que você fosse escolhida para representar o Brasil no show internacional Live Earth, realizado simultaneamente em sete países para alertar a população sobre os efeitos das mudanças climáticas na Terra. Em sua opinião, a sociedade brasileira já está mais consciente de seu papel nessa causa?*

XM: O ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, disse que foi feita uma pesquisa para eleger as personalidades que estivessem ligadas à causa da sustentabilidade em cada país onde o show *Live Earth* aconteceria. Meu nome foi escolhido para representar o Brasil devido ao meu trabalho com as crianças: por meio das minhas músicas, programas, shows, DVDs e filmes, que sempre tiveram como tema e preocupação principal a preservação e o cuidado com a natureza e a vida em geral. Foi muito bom ouvi-lo dizer que, através da pesquisa, constatou que antes de virar "modismo" falar em sustentabilidade eu já fazia músicas e realizava trabalhos para as crianças com esses temas. E, no nosso encontro, contei a todos os presentes um fato que ocorreu dentro da minha casa: minha filha me chamou a atenção de que, ao escovar os dentes, temos de fechar a torneira. Ainda falta muito, mas nossas crianças estão recebendo mais informações sobre sustentabilidade. Quem sabe um dia vão colocar em prática tudo o que estão ouvindo, vendo e aprendendo.

RF: *Em novembro de 2008, você foi homenageada pelo príncipe Albert de Mônaco com a mais alta honraria concedida a personalidades que se destacam na área social. Como foi receber esse prêmio?*

XM: Sempre achei que o que faço pelas crianças no meu país é pouco diante do muito que recebo delas, mas ter meu trabalho reconhecido entre vários trabalhos do mundo todo, ser a representante do Brasil ao receber o prêmio, foi como o reconhecimento de que estou cumprindo a minha missão. Para minha fundação foi muito importante! E para mim, que guardo a fundação no meu coração, foi o máximo!

RF: *O que você faria se fosse presidente por um dia e pudesse erradicar ao menos um problema social existente no país?*

XM: Só um? Então vamos ao que engloba todos os outros: que os direitos das crianças fossem respeitados. As crianças teriam leis pra protegê-las de tudo e de todos; dos castigos físicos existentes no nosso país, da exploração, do trabalho infantil, da exploração sexual. Teriam direito à educação, saúde, moradia digna. Elas teriam de ser vistas como seres humanos e respeitadas como seres humanos, por lei. 

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade





O ministro das Cidades, Mário Negromonte, durante o lançamento da segunda fase do programa

Minha Casa, Minha Vida 2

A presidenta Dilma Rousseff anunciou, em Brasília, a segunda fase do programa Minha Casa, Minha Vida. A nova etapa ampliará o enfoque na população mais pobre e terá como meta a entrega de 2 milhões de residências entre 2011 e 2014. No mesmo período, também estão previstos investimentos de R\$ 125,7 bilhões, dos quais R\$ 72,6 bilhões serão para subsídios e R\$ 53,1 bilhões para financiamento. “Hoje podemos dar esse tamanho de subsídios e financiamentos porque unificamos todos os programas sociais de habitação do governo federal e os ampliamos na certeza de que é obrigação do governo assegurar que camadas da população de mais baixa renda possam ter acesso à moradia”, disse Rousseff durante cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

www.minhacasaminhavida.com.br



O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, doa sangue no lançamento da Campanha Nacional de Incentivo à Doação Voluntária de Sangue

Nova campanha de doação de sangue

O Ministério da Saúde lançou sua nova campanha de incentivo à doação de sangue. A proposta, intitulada *Essa corrente precisa de você – Doe sangue*, pretende atingir 4 milhões de voluntários, o que corresponde a 2,1% da população brasileira. A iniciativa também tem como objetivo conquistar doadores regulares, ou seja, aqueles que doam duas ou mais vezes por ano. Para estimular a população, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, foram à Fundação Hemocentro de Brasília e realizaram suas doações. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), para manter os estoques dos hemocentros é necessário que 1,5% a 3% da população doe sangue regularmente.

www.saude.gov.br



Cerimônia regional de lançamento do Plano Brasil sem Miséria – Nordeste

Dilma firma pacto contra miséria

A presidenta Dilma Rousseff firmou um compromisso com os nove governadores da região Nordeste pela erradicação da miséria. O acordo formaliza a colaboração dos Estados e municípios para a execução das ações do Plano Brasil sem Miséria, que agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica e inclusão produtiva. A atenção especial à região se justifica porque, segundo Dilma, dos 16 milhões de brasileiros que vivem na extrema pobreza, 9,6 milhões estão nos Estados nordestinos. A ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, explicou ainda que o plano tem um olhar regional e também será lançado nas demais regiões do país.

www.brasilsemiseria.gov.br



Cerimônia de divulgação do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil - Informe 2011

Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, lançaram o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2011. A pesquisa levou em consideração vários aspectos, tais como: disponibilidade hídrica, qualidade da água e gestão de recursos hídricos. Segundo a ANA, em 4% dos pontos monitorados a água está em ótima condição; em 71%, boa; em 16%, regular; em 7%, ruim; e em 2%, péssima. Os números são semelhantes a análise de 2008, porém não é possível fazer uma comparação, já que os pontos de medição são diferentes. A ministra ainda destacou a importância do estudo que “subsidiava a definição das ações e intervenções necessárias para a melhoria da quantidade e da qualidade das águas”.

www.mma.gov.br



38ª reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômicos e Social

Bolsas de estudos para intercâmbio no exterior

Cem mil estudantes terão oportunidade de fazer intercâmbio em faculdades do exterior custeados pelo programa Ciência Sem Fronteira. O anúncio foi divulgado pela presidenta Dilma Rousseff e pelo Ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). O programa vai custear bolsas de estudos nas principais universidades fora do Brasil, desde a graduação até o pós-doutorado. Segundo Mercadante, o objetivo principal é atrair jovens de talento e pesquisadores altamente qualificados para trabalhar no país. “A ideia do programa é criar ações orientadas pelo mérito, garantindo que o país possa continuar, aqui dentro, gerando reconhecimento e avanço tecnológico”, afirmou Dilma.

 www.mct.gov.br



De acordo com o IBGE, a carne bovina é consumida por 48,7% dos entrevistados na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)

IBGE apresenta dados sobre insegurança alimentar

O número de domicílios brasileiros que se encontrava em “algum grau de insegurança alimentar” caiu de 34,9% em 2004 para 30,2% em 2009, segundo revelou a pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento foi realizado em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A pesquisa, segundo explicam os técnicos do instituto, utiliza a classificação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), considerando os domicílios em condição de segurança alimentar “aqueles onde os moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sequer se sentiam na iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo”.

 www.ibge.gov.br

Dados do Censo 2010 do Sistema Único de Assistência Social

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) divulgou os números do Sistema Único de Assistência Social (Suas) referentes a 2010. O censo, realizado anualmente desde 2007, visa mapear e monitorar os equipamentos públicos de assistência social, como os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), além dos serviços ofertados por eles. Pela primeira vez, o levantamento teve um questionário específico sobre a gestão nos Estados e municípios e nos conselhos e entidades privadas. Os dados subsidiarão o aperfeiçoamento da política de assistência social, a fim de contribuir para que governo e sociedade conheçam a realidade dos serviços no setor.

 www.mds.gov.br

Encontro Nacional Cultura e Infância

A Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (MinC) promoveu o 1º Encontro Nacional Cultura e Infância. O evento teve como objetivo discutir a formulação de uma nova política cultural para as crianças. Na ocasião, estiveram presentes a secretária de Cidadania Cultural do ministério, Marta Porto, e representantes de instituições culturais que desenvolvem trabalhos voltados ao público infantil, como os criadores do grupo Doutores da Alegria, Wellington Nogueira e Ilo Krugli, além de outros convidados. A iniciativa aconteceu no Centro de Referência Cultura Infância, localizado no Teatro do Jockey, no Rio de Janeiro.

 www.cultura.gov.br

Combate ao consumo de álcool na infância e adolescência

O governo do estado de São Paulo vai aumentar o rigor na fiscalização dos bares para evitar a venda de bebidas alcoólicas para menores de idade. O estabelecimento comercial que for flagrado vendendo ou permitir que crianças e adolescentes consumam bebidas alcoólicas será multado em até R\$ 87 mil. Além disso, poderá ser interdito por determinado período ou fechado definitivamente. A medida foi anunciada pelo governador Geraldo Alckmin. Além da fiscalização, o programa prevê ações para tratamento e educação. De acordo com dados do Centro de Referência em Tratamento de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod), 80% dos pacientes diagnosticados como alcoólatras começaram a beber antes dos 18 anos, muitos com 11 ou 12 anos.

 www.sp.gov.br

ANS estabelece plano de saúde sem carência

Mais de 13 milhões de usuários de planos de saúde terão o direito de mudar de operadora sem precisar cumprir novos prazos de carência. As operadoras tiveram 90 dias para se adaptar à nova regra estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com a norma, quem se beneficia são os clientes de planos de saúde individual, familiar e coletivo. Esse último grupo representa mais de 5 milhões de usuários. A ANS espera aumentar a concorrência no mercado e melhorar o atendimento ao consumidor. A nova regra permite que o usuário mude de um plano de abrangência municipal, por exemplo, para outro com cobertura em todo o estado ou nacional.

 www.ans.gov.br



Novo modelo do Cartão Instituto HSBC Solidariedade

Cartão Instituto HSBC Solidariedade em PET

O HSBC Brasil lançou o Cartão Instituto HSBC Solidariedade em PET. O novo modelo é confeccionado por meio da reciclagem de garrafas plásticas de água e refrigerante. Para a produção de mil cartões são utilizados 5,5 quilos do material, que equivale a 83 garrafas PET retiradas do meio ambiente. Com o cartão solidariedade, o titular se compromete a doar mensalmente R\$ 10 ao instituto e, com isso, recebe isenção da anuidade e seguro gratuito contra perda e roubo. Desde o seu lançamento, em 2006, o cartão já arrecadou mais de R\$ 23 milhões, que foram investidos em 230 projetos sociais e beneficiaram mais de 156 mil pessoas em todo o Brasil.

www.hsbc.com.br/sustentabilidade



Crianças aproveitam o Dia de Sonho nos brinquedos do parque

Hopi Hari realiza 4º Dia de Sonho

Crianças carentes de Campinas, Jundiaí e São Paulo participaram do 4º Dia de Sonho, no Hopi Hari. De acordo com a ONG Sonhar Acordado, responsável pela organização do evento, o objetivo foi promover a integração entre as crianças das instituições carentes e os voluntários – que, em sua maioria, são jovens estudantes. Na ocasião, o parque ofereceu gratuitamente: passaporte, lanche, refrigerante, batata frita e sorvete e todos puderam desfrutar das 58 atrações disponíveis no local. “Ao longo do dia, cada voluntário compartilhou com uma criança toda sua atenção, experiência, valores, e acima de tudo, todo o seu carinho”, disse a diretora de Comunicação do Sonhar Acordado Campinas, Jéssica Beletatti.

www.hopihari.com.br



Crianças assistidas pelos projetos da Fundação Telefônica

Ações para o Dia de Combate ao Trabalho Infantil

A Fundação Telefônica preparou uma série de atividades para celebrar o Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil. Além de conteúdo especial no Portal Pró-Menino, que atua na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a instituição promoveu uma campanha de alcance internacional, por meio das redes sociais. Entre os destaques, estava um vídeo inédito com uma entrevista do coordenador Nacional do Programa para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Renato Mendes. Além disso, o especial contou com um artigo da assessora para Políticas de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Márcia Acioli.

www.fundacaotelefonica.org.br



Atendimento realizado no interior do Odontomóvel

Odontomóvel 2011 ganha novos equipamentos

A Ford Caminhões apresentou o Odontomóvel 2011, caminhão Cargo 815 com consultório odontológico completo que, pelo 12º ano consecutivo, vai rodar por estradas de todo o Brasil prestando atendimento gratuito aos caminhoneiros e à comunidade. A novidade este ano é a criação de uma área externa no veículo equipada com pias, escovas, creme dental, fio dental e enxaguante, onde serão dadas orientações sobre higiene bucal. A nova área de higienização também dispõe de uma tela para a exibição de vídeos educativos. Desde que o projeto Sorrindo com a Ford foi lançado, no ano 2000, o Odontomóvel já atendeu cerca de 40 mil caminhoneiros e mais de 11 mil pessoas pelo Brasil afora.

www.ford.com.br



Imagem do palco Cena Ambiental do Teatro itinerante

Tetra Pak apresenta teatro itinerante

O Projeto Cena Ambiental, promovido pela Tetra Pak, esteve na cidade de Porto Alegre. A ação levou cultura, lazer e educação ambiental por meio do teatro de fantoches para cerca de dois mil alunos da Escola Municipal Afonso Guerreiro Lima. Na ocasião, também foram passadas dicas e ensinamentos simples sobre a importância da coleta seletiva, reciclagem e preservação ambiental. Ao longo do ano, a iniciativa acontecerá em mais de 80 cidades da região Sul e Sudeste do Brasil. Segundo o diretor de meio ambiente da Tetra Pak, Fernando Von Zuben, a ideia da ação é proporcionar a integração das comunidades escolares com o tema ambiental – tratando de forma lúdica a questão da sustentabilidade.

 www.tetrapak.com.br



Participantes do projeto durante aula no Instituto Bacarelli

Volkswagen promove concertos da Sinfônica Heliópolis

A Sinfônica Heliópolis, gerida pelo Instituto Baccarelli, que tem a Volkswagen do Brasil como uma de suas empresas mantenedoras, realizou duas apresentações especiais durante o mês de agosto. A primeira aconteceu na Sala São Paulo, com participação de cinco jovens solistas, sob a regência do diretor artístico do Instituto Baccarelli, Isaac Karabchevsky. Já o outro evento foi realizado no Teatro Municipal de Paulínia, no interior da capital paulista. O Instituto Baccarelli realizou ainda um concerto da Orquestra Juvenil Heliópolis, no Centro Cultural São Paulo. Por meio do ensino da música e do canto, a instituição promove a integração social de crianças e jovens da comunidade de Heliópolis.

 www.institutobaccarelli.org.br/sinfonica

Assembleia da Juventude das Nações Unidas

A PepsiCo levou 600 jovens de diversos países para participar da 9ª Assembleia Anual da Juventude das Nações Unidas, uma conferência de três dias na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, para discutir o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os participantes foram escolhidos por seu envolvimento na defesa de causas humanitárias e na contribuição para melhorar suas comunidades locais e o meio ambiente. Além de patrocinar a iniciativa, a PepsiCo ainda assumiu uma série de compromissos relacionados à fome, à saúde e à sustentabilidade ambiental, todos alinhados com a estratégia Performance com Propósito para impulsionar o crescimento em longo prazo e o sucesso da empresa.

 www.pepsico.com.br

Parceria do Santander Universidades e AfroReggae

O Santander Universidades e a ONG AfroReggae assinaram um convênio que prevê a concessão de bolsas de estudos para membros da ONG e da Polícia Pacificadora do Estado, as UPPs. O primeiro grupo, formado por dez pessoas, embarcou para Salamanca, na Espanha. O objetivo da parceria é disponibilizar ferramentas e oferecer oportunidades de inclusão social e de transformação desses indivíduos. O critério usado para a escolha dos bolsistas levou em consideração a importância da capacitação em Espanhol para cada membro e a aplicabilidade desse conhecimento no dia a dia. Além do benefício das bolsas de estudo, o programa contempla as passagens aéreas de ida e volta, traslados, alimentação e hospedagem na própria universidade.

 www.santanderuniversidades.com.br
www.afroreggae.org

Natura premia projetos de empreendedorismo social

A Natura realizou a premiação dos 18 projetos sociais vencedores do Programa Acolher, lançado pela empresa no final do ano passado. O objetivo da iniciativa foi estimular o empreendedorismo social, fazendo um convite às consultoras e aos consultores da empresa a compartilharem suas ações de responsabilidade socioambiental desenvolvidas em suas comunidades. No total, a empresa recebeu 1.545 inscrições que foram divididas em duas categorias principais: Semente (ações sociais com potencial de desenvolvimento) e Crescente (ações já estruturadas e com potencial de crescimento). Além dos projetos já selecionados, outras seis iniciativas da categoria Crescente concorrem ao patrocínio de R\$ 15 mil por meio de votação popular.

 www.natura.net

Vita Derm lança projeto Empreendedor da Beleza

Focada no crescimento dos profissionais do segmento de beleza das classes C e D, a Vita Derm, empresa referência em cosméticos, lançou o projeto Empreendedor da Beleza. A iniciativa consiste em viabilizar os equipamentos e utensílios básicos de um salão de cabeleireiro, cabine de estética e manicure por um valor facilitado e diferenciado. O projeto faz parte do Instituto Schulman de Investigação Científica (ISIC), que tem como missão realizar ações que melhoram a qualidade de vida das pessoas por meio da beleza sustentável. O Empreendedor da Beleza terá valor a partir de R\$ 1.590 (cabeleireiro), R\$ 1.000 (esteticista) e R\$ 600 (manicure) e será composto por cerca de 20 itens, entre: cadeira, tesoura, secador, cubeta, espátula, alicate, etc., além de uma linha de cosmético profissional de uso diário.

 www.vitaderm.com.br



A pesquisa será feita por cinco articuladores do projeto que visitarão os 46 municípios alvo

Apae-SP mapeará violência contra crianças e adolescentes

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (Apae-SP) colocou em prática o projeto Todos pelos Direitos: Deficiência Intelectual, Cidadania e Combate à Violência, que prevê o mapeamento da violência contra crianças e adolescentes com deficiência intelectual em 46 municípios do Estado. A partir dos dados, serão implementadas ações de capacitação com multiplicadores dessas cidades e articuladas medidas de sensibilização e intervenção conforme a realidade de cada município. De acordo com os números da Apae-SP, obtidos na Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância (Sinapi), 11,35% da população têm algum tipo de deficiência e 12% sofrem ações violentas por ano.

www.apaesp.org.br



Colaboradores recolhem o lixo durante ação do Movimento Limpa Brasil

Movimento Limpa Brasil Let's do it! realiza ações

A campanha Limpa Brasil Let's do it! chegou ao país com o objetivo de reunir meio milhão de pessoas na limpeza de sete das maiores cidades brasileiras. As primeiras ações aconteceram no Rio de Janeiro e em Brasília, integrando as comemorações da Semana Internacional do Meio Ambiente. O projeto já aconteceu em 20 países e será realizado nacionalmente por meio de ações de limpeza bienais, em um total de 10 anos. O movimento visa despertar a sociedade brasileira para os problemas relacionados ao descarte indevido do lixo. "A proposta desse projeto não é apenas limpar as cidades, mas conscientizar a população sobre os problemas de jogar lixo fora do lixo e incentivar a mudança de atitude", afirma a diretora executiva da Atitude Brasil, Marta Rocha.

www.limpabrasil.com



Equipe de do projeto Medição Terapeuta Multidisciplinar

Projeto social une equipe voluntária e animais

Nas cidades de Campinas, Itu, Sorocaba e Piracicaba, todas no interior de São Paulo, 20 profissionais voluntários e 12 cães terapeutas dão forma ao projeto Medição Terapeuta Multidisciplinar. Os profissionais que integram o projeto utilizam o potencial canino para melhorar e, muitas vezes, mudar a vida de pacientes em tratamento. São realizadas regularmente visitas às crianças com câncer no Hospital Celso Pierro, Centro Infantil Boldrini e Casa Ronald McDonald. Pessoas com deficiências mental e física do Centro Educacional Integrado (CEI) e pacientes com deficiência visual do Instituto Pró-Visão também são atendidos pela iniciativa. "Nós sempre dizemos que juntos fazemos a diferença", disse o criador do projeto, Hélio Rovay.

www.projetomedicao.com.br



Evento pretende estimular as práticas de humanização em hospitais da rede pública da Grande São Paulo

Seminário HumanizArte Canto Cidadão

O Canto Cidadão, organização social sem fins lucrativos que trabalha pelo fortalecimento do exercício da cidadania para a garantia dos direitos humanos, realizou o primeiro seminário HumanizArte Canto Cidadão. A iniciativa aconteceu no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP) e foi direcionado aos profissionais e estudantes de diversas áreas da saúde. Os temas centrais foram: desafios e talentos da equipe de profissionais de saúde, protagonismo individual para resultados coletivos, casos de sucesso no Brasil e no mundo e a relevância social das práticas de humanização. A expectativa da organização é beneficiar 2 mil pessoas com a realização de mais 23 seminários em hospitais públicos e filantrópicos.

www.cantocidadao.org.br



Divulgação

Comunidade participa do projeto Pipas com Segurança

Casa do Zezinho realiza revoada de pipas

A Casa do Zezinho realizou o projeto Pipas com Segurança. A ação consistiu em uma grande revoada de pipas e papagaios, que buscou conscientizar a população sobre a soltura correta de pipas. O evento aconteceu no Campinho do Astro, próximo à sede da Casa do Zezinho, na comunidade Parque Santo Antonio (zona sul da cidade de São Paulo). Na ocasião, ainda foram distribuídos gratuitamente mil kits que continham uma revista com todas as regras de segurança em forma de história em quadrinhos, uma pipa estampadas, um carretel de linha e uma rabiola. A revoada educativa Pipas com Segurança, irá percorrer várias cidades brasileiras, com o objetivo de mostrar os perigos de se empinar pipas com cerol perto das redes elétricas.

 www.casadozezinho.org.br



Projeto realiza a venda de livros a preço simbólico, incentivando o hábito da leitura

ABC paulista recebe Caravana da Leitura

O projeto Caravana da Leitura esteve na região do ABC paulista. A iniciativa reuniu uma grande variedade de obras literárias do escritor Laé de Souza, pelo valor simbólico de R\$ 1,00. De acordo com Laé, idealizador do projeto, a ação pretende gerar oportunidades de leitura a pessoas de todas as idades e classes sociais. "Buscamos quebrar o estigma que o brasileiro não gosta de ler. O brasileiro gosta de ler sim, o que lhe falta é oportunidade e acessibilidade aos livros". Este ano, a caravana ainda deverá passar por mais de 40 cidades dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, com previsão de distribuição de cerca de 120 mil livros para o público infantil, juvenil e adulto.

 www.projetosdeleitura.com.br


Unicef e Ministério do Esporte firmam parceria

Representantes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) discutiram com o ministro do Esporte, Orlando Silva, ações para assegurar o direito ao esporte seguro e inclusivo a crianças e adolescentes e o legado social dos megaeventos esportivos que serão realizados no Brasil em 2014 e 2016. Durante o encontro, eles firmaram uma parceria para a garantia e a proteção dos direitos de 100 mil crianças brasileiras, com atenção especial para aquelas que vivem nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. O Unicef também entregou ao ministro um documento elaborado pelos próprios adolescentes, que marcaram presença no encontro Adolescentes pelo Direito ao Esporte Seguro e Inclusivo.

 www.unicef.org.br
www.esporte.gov.br

Movimento Respirar promove ações de educação ambiental

O Movimento Respirar realizou uma série de atividades educativas em escolas municipais da cidade de São Paulo. O programa promoveu apresentações de teatro a estudantes do ensino fundamental. Entre as instituições beneficiadas estavam o EMEF Frei Damião, Aníbal Freire, Brigadeiro Faria Lima e Irineu Marinho. Ao final de cada peça, foram distribuídos kits e livretos para as crianças presentes. A iniciativa teve como objetivo mostrar o quanto atitudes sustentáveis são importantes à preservação ambiental e ao bem-estar das pessoas. O Movimento Respirar ainda busca a mobilização infanto-juvenil para intervenção positiva no meio ambiente e a conscientização da população sobre os malefícios da poluição.

 www.controlar.com.br/movimentorespirar

Conferência do Ano Internacional das Florestas

A cidade de São Paulo foi palco da Conferência do Ano Internacional das Florestas, realizada pelo Instituto Humanitare. A abertura oficial do evento teve início com o tema Florestas, tão longe, tão perto. Outro destaque ficou por conta do Painel Corporativo Consequências e Soluções: O que as empresas estão fazendo para proteger as florestas e o clima. Na programação, ainda houve espaço para um encontro de conceituados blogueiros de sustentabilidade, mediado pelo jornalista Celso Zucattelli. A conferência foi prestigiada por jornalistas renomados como Ana Paula Padrão, Heródoto Barbeiro, Fabiana Scaranzi, Britto Junior e Cris Flores, *hostess* do evento e nomeada como embaixadora do Ano Internacional das Florestas.

 www.humanitare.org

ONG Descobrimo a América Latina chega ao Brasil

A ONG Descobrimo América Latina (DAL) realizou seu lançamento oficial no Brasil. A DAL é uma organização de inovação social que utiliza cultura, arte e a criatividade latino-americana como ferramentas para melhorar a qualidade de vida das pessoas mais necessitadas dessa região. Assim como na Europa, todos os eventos promovidos no país serão benéficos. Em 2011, os repasses serão destinados à ONG brasileira Saúde Criança. Até o momento, foram investidos mais de US\$ 100 mil em iniciativas sociais, alinhadas às linhas estratégias da entidade em 13 diferentes países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru e República Dominicana.

 www.ressoar.org.br



Trabalho infantil no Brasil

Isa Oliveira, secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, fala sobre o cenário nacional

Por Juliana Fernandes

O trabalho infantil no Brasil ainda representa um grande problema social. Apesar da criação de políticas públicas, programas de geração de renda e apoio das entidades que lutam pela defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, o que se observa é que a redução desses índices segue de maneira lenta e preocupante. Segundo o Ministério do Trabalho, até junho deste ano 3.716 crianças foram afastadas de suas atividades laborais. Porém, de acordo com o último levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2009, cerca de 4,2 milhões de brasileiros entre 5 e 17 anos trabalhavam no país. Ou seja, a remoção ainda é pequena quando comparada à quantidade de crianças e adolescentes que se mantêm ativos no mercado de trabalho.

Em entrevista à **Revista Filantropia** a secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa Oliveira, traça um panorama sobre o assunto e aponta perspectivas e possíveis caminhos para o fim do trabalho infantil.

Revista Filantropia: Normalmente o que leva essas crianças ao trabalho precoce?

Isa Oliveira: A causa determinante do trabalho infantil é a pobreza e a exclusão social das famílias. A isso, somam-se também valores e padrões culturais que justificam o trabalho infantil e que defendem que para a criança pobre, quanto mais cedo trabalhar, melhor será para a sua formação ou preparação para o futuro – o que são mitos equivocados. Ao contrário, isso expõe as crianças a inúmeros riscos – além de trazer prejuízos para o seu pleno desenvolvimento. Outra causa importante é a precariedade do sistema educacional, ou seja, a má qualidade das escolas. Principalmente o não

acesso das crianças que vivem no campo, onde há maior concentração do trabalho infantil e a qualidade das escolas é mais baixa.

RF: Quais os setores e regiões que mais absorvem mão de obra infantil?

IO: Duas regiões concentram um maior número de crianças trabalhando. Em primeiro lugar a região Nordeste, seguida de perto pela região Sul. Na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2009, na região Nordeste 11,8% das crianças de 5 a 17 anos trabalhavam. Na região Sul, eram 11,7%. Essa é uma tendência mundial, mas a

concentração se dá principalmente na área rural e nas atividades agrícolas.

RF: Em geral, como são as condições de trabalho?

IO: As condições de trabalho são perigosas, insalubres e proibidas por lei. Abaixo de 16 anos, não é permitido o trabalho. Isso está previsto na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Só há uma exceção: a partir dos 14 anos, o adolescente pode ser aprendiz. A aprendizagem é um instituto legal que combina uma formação teórica com uma vivência prática, já que visa que o adolescente continue a sua escolarização. Chamar uma criança, por exemplo, para trabalhar no comércio ou fazer tarefas domésticas não é aprendizagem. Isso é trabalho infantil e é uma violação de seus direitos, além de ser proibido por lei.

RF: Além da educação, o que mais é afetado quando a criança se expõe ao trabalho precocemente?

IO: O trabalho infantil expõe as crianças a riscos e compromete sua saúde com agravos que podem aparecer só na fase adulta, além de influir no seu pleno desenvolvimento. Isso porque a criança não tem oportunidade de viver a sua infância, de ser criativa e brincar. E as crianças que estão na rua, por exemplo, ficam expostas a xingamentos, espancamentos, maus tratos e aliciamento das redes criminosas para o uso ou tráfico de drogas, e também para a exploração sexual comercial. Em síntese, o trabalho infantil é uma violação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes e um reprodutor da pobreza no país.

RF: O que a sociedade civil pode fazer para colaborar com a erradicação do trabalho infantil?


IO: Por meio de suas representações, a sociedade civil organizada tem um papel muito importante. Por exemplo, atuar nos conselhos de direitos, como conselheiros tutelares; participar de comitês e fóruns de prevenção e erradicação do trabalho infantil no sentido de promover o debate; apoiar e realizar campanhas de esclarecimento e de sensibilização da população em geral; contribuir para a formulação de políticas públicas e programas voltados para o enfretamento do trabalho infantil. E tem outro papel que só a sociedade civil pode desempenhar, que é o do controle social. Acompanhar se as ações implementadas pelos municípios, Estados e governo federal de fato protegem a criança e se isso contribui para prevenir e reduzir o

trabalho infantil. Além disso, é preciso que a sociedade entenda que comprar produtos ou dar dinheiro a elas, contribui para que a situação de exclusão e pobreza permaneça. Se quiserem doar, que façam doações para os fundos da infância ou para programas que atendam crianças em situação de vulnerabilidade e de trabalho infantil.

RF: Muitas famílias não aceitam o auxílio financeiro de programas do governo, porque é menos dinheiro do que eles precisam, ou porque as crianças ganham mais com o trabalho infantil. Até que ponto esses programas funcionam?

IO: Eu não tenho nenhuma dúvida de que a transferência de renda é necessária e ética. No Brasil, nós transferimos renda por meio de bolsas para os filhos das classes abastadas fazerem mestrado e doutorado. Então, por que não transferir renda para a população que está excluída e em situação de extrema pobreza? Só que a transferência não pode ser um fim ou uma ação isolada. Precisa ser articulada com o atendimento e o apoio às famílias, para que elas tenham condições de serem inseridas em programas de inclusão produtiva, de geração de renda e trabalho e para elevar o nível de escolaridade dos jovens e adultos. Mas nesse aspecto o Brasil tem feito muito pouco. É preciso que o poder público apoie a oferta de escolas de qualidade, pois as nossas não garantem o direito de aprender nem motivam que os adolescentes permaneçam nelas. Ou seja, é preciso garantir a qualidade em tempo integral para que eles tenham oportunidade de praticar esportes, ter acesso à cultura e ao lazer.

RF: Como você avalia a atual situação do Brasil?

IO: O Brasil vem reduzindo lentamente o trabalho infantil. Nesse ritmo, o país não vai cumprir com dois compromissos internacionais: de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016 e eliminar todas as formas de trabalho infantil até 2020. Mantidas as condições atuais, e se novas medidas não forem adotadas pelas três esferas de governo, permaneceremos em uma situação de quase estagnação. A cada ano, são retiradas do trabalho infantil 300 mil crianças. Em 2009, nós tínhamos 4,3 milhões de crianças de 5 a 17 anos trabalhando. Ou seja, é um contingente muito grande, e nesse ritmo de redução vamos levar mais de uma década. 

Em síntese, o trabalho infantil é uma violação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes e um reprodutor da pobreza no país



Profissionalizando a captação de recursos

Terceira edição do Festival Latino-Americano de Captação de Recursos mobiliza pessoas do Brasil pela profissionalização da área

Por Thaís Iannarelli

Nos dias 16, 17 e 18 de agosto de 2011 aconteceu a terceira edição do Festival Latino-Americano de Captação de Recursos (FLAC 2011), idealizado pela Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e com correalização da Revista Filantropia. Realizado em Indaiatuba, cidade do interior de São Paulo, o festival reuniu profissionais do Brasil, Argentina, Espanha e Inglaterra

para tratar diversos assuntos relacionados à captação de recursos e seu desenvolvimento no país.


Entre os temas abordados, houve grande destaque para as novas tendências da captação de recursos no Brasil, com estratégias específicas como captação por indivíduos, grandes doadores, *crowdfunding*, incentivos fiscais, marketing relacionado a causas e negócios sustentáveis. Segundo Marcelo Estraviz, presidente da



para a apresentação desses temas, que aconteciam simultaneamente. Assim, os participantes tinham a opção de escolher em qual espaço gostariam de ficar. “Para se fazer entender, divulgar a causa e captar recursos para que ela dê certo, é preciso ter conhecimento. Por isso, um festival como esse colabora, e muito, para a profissionalização. Nós descobrimos o que há de novo, qual a tendência, onde podemos focar. Com exemplos de diferentes cidades, é possível adaptar a ideia e transformar em ação na cidade onde moramos”, conta Taísa Rodrigues, uma das participantes.

Área em expansão

Atualmente, com o desenvolvimento do país de uma forma geral, a área de captação de recursos das instituições também tem se desenvolvido, aproveitando que os brasileiros têm se tornado mais participativos no que diz respeito a ajudar ou apoiar uma causa social. O Brasil chegou à posição de oitava maior economia do mundo e, com isso, o cenário do Terceiro Setor também se alterou. Com o desenvolvimento do país, a capacidade de captar recursos aumentou, e a postura do país frente a organismos internacionais também passou por alterações. Por isso, a cultura de doações e captação de recursos precisa se adaptar à nova realidade. “O país é considerado um dos melhores mercados potenciais de mobilização de recursos no mundo. O mercado está crescendo rapidamente, e precisamos ter mais profissionais desenvolvidos no Brasil. Esse evento contribui para a formação dos profissionais brasileiros, trazendo as melhores práticas nacionais e internacionais”, completa Flávia.

A terceira edição do Festival Latino-Americano de Captação de Recursos contou com patrocínio ouro da Fundação Ford, patrocínio bronze das empresas CH2A e Leme Contabilidade, e apoio do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP), Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP), Resource Alliance, Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Associação Paulista de Fundações (APF), ChaxchA, Associação Brasileira de Gestão Cultural (ABCG), Criando Consultoria e Desenvolvimento Institucional, International Fundraising, Ader e Lang Consultoria e Trilha. Em 2012, o FLAC acontecerá em São Paulo no final de maio. 

ABCRCR, o objetivo é “consolidar o evento falando de diversificação de fontes”.

Os participantes, vindos de todas as regiões do Brasil, puderam estar nas atividades pré-programadas, ou seja, a agenda estabelecida com temas fixos, e também no Espaço Aberto, agenda interativa na qual o público pode sugerir temas e ministrar palestras ou rodas de conversa. Como explica Flávia Lang, diretora da ABCRCR e organizadora do evento, “o festival possui um modelo diferenciado com palestras fixas e espaços para que os participantes possam fazer sua própria apresentação. Isso aumenta a troca de informações e as discussões ganham novas vozes e olhares. Todos têm a oportunidade de aprender e ensinar”.

E o espírito do evento é exatamente esse. No início, após a abertura, todos participaram da montagem coletiva da agenda do Espaço Aberto, momento em que os inscritos e os próprios palestrantes convidados sugeriram temas para as salas de apresentação. Ao todo, dez salas foram disponibilizadas

Com o desenvolvimento do país, a capacidade de captar recursos aumentou, e a postura do país frente a organismos internacionais também passou por alterações. Por isso, a cultura de doações e captação de recursos precisa se adaptar à nova realidade

O modelo de financiamento da União Europeia



João Paulo Vergueiro

Assessor de financiamento de projetos da Christian AID, administrador e mentorando em administração pela FGV-SP. Foi Diretor do Projeto Nós do Centro, da União Europeia com a Prefeitura de São Paulo e gerente de Projetos da Oficina Municipal, instituição apoiada pela Fundação Konrad Adenauer. É diretor da Associação Brasileira de Captação de Recursos.

Uma boa estratégia para as ONGs diversificarem a captação de recursos das fontes consideradas tradicionais, como a cooperação internacional e o governo, é se engajar mais diretamente com os editais internacionais de financiamento de projetos, que existem tanto por parte de grandes fundações como por iniciativa de governos e agências nacionais de desenvolvimento.

Este artigo abordará a instituição que mais oportunidades oferece às ONGs de apresentarem propostas para receber financiamento: a União Europeia (UE).

A União Europeia é uma organização supranacional formada pela parceria política e econômica de 27 países europeus, incluindo os maiores, como França, Alemanha e Reino Unido, e muitas pequenas nações, como Eslováquia e Lituânia.

O seu surgimento se deu após a Segunda Guerra Mundial, e tinha como objetivo incentivar a cooperação econômica europeia. Com o tempo, a UE se tornou um grande mercado único, contando atualmente com uma moeda comum, o euro.

Com o passar dos anos, a União Europeia assumiu também o papel de ser um grande motor de desenvolvimento no mundo, investindo em projetos sociais em dezenas de países do chamado “Terceiro Mundo”, e é hoje uma das principais referências quando se fala de recursos internacionais para projetos humanitários e de desenvolvimento.

Financiamento para ONGs

O principal braço da União Europeia para desenvolvimento e cooperação chama-se EuropeAid, e presta ajuda em todo o mundo através de programas e projetos.

A EuropeAid apoia organizações da sociedade civil principalmente por meio de chamadas por propostas, as denominadas *call for proposals*. São editais publicados no decorrer do ano que abrangem um grande número de temas, como meio ambiente, gênero, trabalho, saúde etc.

Os editais são publicados em geral a partir da iniciativa de Bruxelas, onde fica a sede da União Europeia, mas também podem ser descentralizados e dirigidos pelas delegações nacionais da UE.

Ainda em 2011, por exemplo, estão previstos dois editais para o Brasil, coordenados pela delegação em Brasília: um na área de Direitos Humanos e outro na linha de Atores Não-Estatais. E o financiamento vai variar de 100 mil até 1 milhão de euros, dependendo do edital.

Deve-se ressaltar que, em geral, a União Europeia não financia o projeto integralmente e solicita uma complementação financeira por parte dos requerentes, o chamado *“match-funding”*. Nos últimos editais específicos para o Brasil, essa contrapartida ficou em 10% do total financiado.

Uma das vantagens dos editais publicados por Brasília é que eles permitirão a propositura de projetos em português, sendo mais acessíveis a todos. Em alguns casos, quando os editais são publicados por Bruxelas, o português não é uma opção de idioma para o envio da proposta.

PADOR

O PADOR é o cadastro de ONGs da União Europeia, e o acrônimo de *Potential Applicant Data Online Registration* (Registro On-line de Dados de Potenciais Requerentes). É um grande banco de “fornecedores”, no qual devem ser inseridas as informações institucionais de cada organização, como equipe, orçamento, auditorias e cópia do estatuto registrado. Ele é bastante prático, pois evita que os interessados tenham de encaminhar cópias dos seus documentos formais todas as vezes em que vão enviar algum pedido de financiamento, o que diminui a burocracia e facilita a análise por parte do governo europeu. ONGs que não estejam cadastradas no PADOR não podem enviar projetos, mas todas podem se registrar sem necessariamente ter de enviar um pedido de apoio financeiro em seguida.

Documento de Síntese

A apresentação de propostas para a União Europeia segue o modelo de convite limitado, dividido em duas fases. Na primeira, do documento de síntese, todos podem enviar projetos. Os mais bem avaliados são, então, convidados a apresentar uma proposta mais completa, e somente estes terão chance efetiva de conquistar o financiamento.

O documento de síntese, ou *concept note*, no original em inglês, é a primeira parte do processo de candidatura a um financiamento da União Europeia, considerando que a organização já esteja devidamente registrada no PADOR. É também o momento mais difícil, pois a quantidade de documentos de síntese que são enviados é muito grande e, portanto, a peneira nessa fase é maior, sendo que apenas as mais bem avaliadas serão efetivamente chamadas para o próximo estágio.

O documento de síntese pode ser descrito como o resumo executivo do projeto, um documento mais curto e objetivo que vai consolidar as principais informações da ação a ser desenvolvida e para a qual se pede financiamento.

Em geral (e isso depende do edital específico), a nota conceitual deve ter no máximo cinco páginas e contar com uma tabela resumida, a descrição da realidade em que o projeto irá atuar, o público-alvo, os objetivos gerais e específicos que se busca efetivar, as atividades propostas e os resultados esperados com aquele projeto proposto.

Normalmente, solicita-se também algum detalhamento em relação a como os beneficiários colaborarão

na elaboração da ação e no acompanhamento da mesma durante sua implementação, caso seja aprovado o financiamento. E, finalmente, também costuma-se pedir que o projeto seja sobre temas transversais, como gênero e meio ambiente, dentre outros.

Proposta completa

O documento de síntese é avaliado com base nos critérios objetivos previstos na chamada original e, caso o projeto seja selecionado dentre os que tiverem melhores notas, a organização será convidada a apresentar uma proposta completa, sendo essa fase em inglês e chamada de *full application*.

Na proposta completa, os selecionados têm mais liberdade para detalhar o projeto originalmente apresentado e devem descrever com riqueza os resultados esperados e as atividades planejadas, a metodologia de trabalho que será utilizada, a equipe, o cronograma previsto e a sustentabilidade da ação.

Ademais, é nesse momento que as organizações podem desenvolver um orçamento completo do projeto, bem como a matriz lógica e documentos que devem ser enviados anexos à proposta completa.


Gestão do contrato

Aprovada a proposta – que atualmente é enviada por e-mail –, a organização é convidada para assinar um contrato.

A partir daí é que se estabelece formalmente a relação entre a ONG e a União Europeia, que administrará o contrato por meio da sua representação em Brasília.

Quando se compara o financiamento com recursos do governo brasileiro, as regras da União Europeia são em geral bem mais flexíveis e fáceis de entender, mas a gestão do projeto durante a vigência do contrato é assunto para outro texto, dada sua especificidade.

Feita uma breve descrição sobre o modelo de financiamento de projetos por parte da União Europeia, esta deve ser reforçada como opção acessível e aberta às organizações da sociedade civil brasileiras.

A UE tem uma equipe própria em Brasília, que é bastante solícita e conhece profundamente a realidade do país, tendo um sincero interesse em investir no desenvolvimento nacional. Não à toa, mais de 50 projetos foram selecionados nos últimos quatro anos, e com os dois editais previstos para 2011 a previsão é que esse número aumente significativamente. 

Com o passar dos anos, a União Europeia assumiu também o papel de ser um grande motor de desenvolvimento no mundo, investindo em projetos sociais em dezenas de países do chamado “Terceiro Mundo”

Links

União Europeia - http://europa.eu/index_pt.htm
Delegação da União Europeia no Brasil - http://eeas.europa.eu/delegations/brazil/index_pt.htm
EuropeAid - http://ec.europa.eu/europeaid/index_pt.htm
Pador - http://ec.europa.eu/europeaid/work/online-services/pador/index_en.htm# (em inglês)
IATE - <http://iate.europa.eu/> (tradutor europeu de termos técnicos)
Infoeuro - <http://ec.europa.eu/budget/infoeuro/> (câmbio em euros oficial da UE)



O paradigma dos números

Medir o impacto de um programa de voluntariado apenas pelo número de atividades, pessoas e horas envolvidas gera um círculo vicioso

O voluntariado empresarial é o apoio formal da empresa à prática voluntária de seus colaboradores. Para isso, muitas empresas organizam ações, promovem capacitações e fazem levantamento de doações para garantir a participação de seu colaborador. Essas são algumas formas de promover o trabalho voluntário, e todas são válidas. A diversificação possibilita atender as expectativas das pessoas, o que coloca o tema em pauta em muitos diálogos internos na empresa.

Os verbos fazer, entregar, contar, mensurar e relatar estão presentes nos programas e iniciativas que têm um centro de custo em uma empresa. No voluntariado não é diferente. “Os diretores querem ver números”, são frases utilizadas por indicados a gerenciar um programa. E assim, fazendo valer essa crença (dos números), o programa é pensado e criado. Mas como fugir desse paradigma?


Que os números são importantes é fato. Não podemos fugir da cultura organizacional, mas também não podemos perder de vista a importância do trabalho voluntário, os valores envolvidos e a missão e objetivos sociais que cercam o envolvimento das pessoas em ações voluntárias. E o grande facilitador para que isso aconteça é o coordenador do programa.

Se para o coordenador somente as metas e os números forem realmente o mais importante, é normal

que o paradigma dos números exista. Nesse cenário, as pessoas começam a perceber que seus sonhos de transformação não são levados em consideração, iniciando uma grande rotatividade de voluntários e também uma não adesão ao programa.

Mas se o coordenador promover uma gestão aberta ao diálogo, facilitando que o grupo de voluntários tome consciência de quais resultados pretendem alcançar, ampliando sua visão acerca dos problemas sociais e possibilitando que tomem decisões com base nos valores pré-estabelecidos, é mais fácil definir qual indicador o programa se propõe a buscar, além dos números.

A essência do voluntariado consiste na busca de soluções para problemas sociais: atendimentos emergenciais, alimentação, educação, atenção, carinho etc. O caminho de construir junto, em uma gestão que leve em consideração principalmente as pessoas (colaboradores/voluntários e comunidades), é o fato principal para não cairmos em armadilhas que limitam as ações.

Ir além dos números é tarefa mais complexa, requer dedicação, atenção, autoconhecimento e assertividade, elementos que conquistamos com o tempo. Mas, para cocriar mudanças sociais não há outro caminho: devemos começar a fazer e aos poucos mudar os planos e os resultados. Não querer controlar pelos números pode ser a primeira etapa para a transformação causada pelo voluntariado. 



Link 
www.acaovoluntaria.org.br

e-mail @
acao@acaovoluntaria.org.br

Telefone 
(41) 3322-8076



FUNDAÇÃO ABRINQ.
HÁ 20 ANOS A VOZ DAS
CRIANÇAS NO BRASIL.

A Fundação Abrinq é uma instituição sem fins lucrativos que trabalha para que os direitos da criança e do adolescente sejam ouvidos e respeitados em todo o Brasil. E, agora, ao completar 20 anos de atuação, se uniu à Save the Children Alliance, tornando-se também a voz das crianças no mundo. www.fundabrinq.org.br



O voluntariado e os oito jeitos de mudar o mundo



Em um período marcado pelo individualismo e pelas injustiças, uma solução que pode resgatar a autoestima e a felicidade das pessoas é o “fazer acontecer para alguém” por meio do voluntariado. Esse conceito não é novo, mas está em processo de ressignificação, pois hoje temos um voluntariado mais aberto para a promoção da cidadania responsável e para a construção do bem comum.


Uma das maneiras concretas de participar como voluntário é contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), da Organização das Nações Unidas (ONU), que também são conhecidos como os “Oito Jeitos de Mudar o Mundo”. E o que são os Oito Jeitos de Mudar o Mundo?

1




ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA

2



EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS

3



IGUALDADE ENTRE SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER

4



REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

Esta declaração deu origem aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cujas metas, se alcançadas, certamente vão melhorar a qualidade de vida de todos os indivíduos


Em 2000, ao analisar os maiores problemas mundiais, a ONU aprovou a Declaração do Milênio, um documento que reúne as várias metas estabelecidas nas conferências mundiais que ocorreram ao longo da década de 1990, propondo objetivos a serem atingidos até o ano de 2015.

Esta declaração deu origem aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cujas metas, se alcançadas, certamente vão melhorar a qualidade de vida de todos os indivíduos. Realizar atividades voluntárias e contribuir para esses objetivos é, com certeza, uma forma de fazermos a nossa parte, de mudarmos a nossa realidade e a das pessoas que estão a nossa volta. Ou seja, é nossa forma de mudar o mundo.

Os oito objetivos foram representados em ícones que ilustram as prioridades para a humanidade. Os ícones foram criados no Brasil e são usados em todo o mundo. Para essas prioridades, há algumas dicas sobre como é possível contribuir e participar:

- *Acabar com a miséria e a fome* - realizar oficinas de orientação sobre alimentação saudável,

reaproveitamento de alimentos ou criação de hortas comunitárias.

- *Educação básica de qualidade para todos* - desenvolver ações para prevenção de evasão escolar, oficinas de reforço escolar e incentivo à leitura.
- *Igualdade entre os sexos e valorização da mulher* - promover palestras sobre empreendedorismo e oficinas sobre geração de renda para grupos de mulheres e incentivar ações de apoio e denúncia nos casos de violência contra a mulher.
- *Reduzir a mortalidade infantil* - informar a população sobre a importância do planejamento familiar, vacinação, orientar sobre o aleitamento materno e realizar atividades em creches.
- *Melhorar a saúde da gestante* - promover encontros e troca de experiências entre gestantes, orientar sobre o pré-natal, organizar campanhas de esclarecimento.
- *Combate à Aids, à malária e outras doenças* - incentivar e apoiar campanhas, realizar atividades culturais e educacionais em casas de apoio a pacientes portadores do vírus HIV, orientar o público sobre prevenção de doenças e os serviços de saúde disponíveis.
- *Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente* - organizar campanhas sobre o consumo consciente da água e sobre cuidados com o meio ambiente, realizar oficinas de reciclagem e atividades sobre posse consciente de animais.
- *Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento* - participar de projetos de desenvolvimento local, de campanhas de desarmamento e cultura de paz, de oficinas e palestras sobre direitos do cidadão e voto consciente, incentivar o voluntariado. 



O Planeta é Voluntário

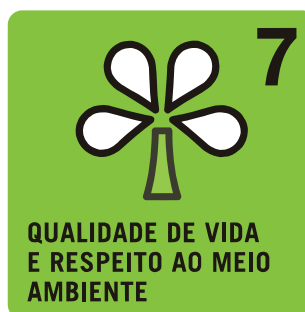
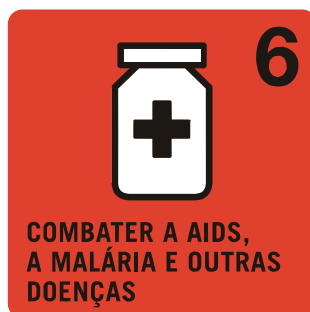


Link 

www.cvsp.org.br

e-mail @

facaparte@cvsp.org.br



O Estatuto Social e a renovação do Cebas



Sergio Monello

atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contabilista, professor, Sale-siano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

Para muitas entidades beneficentes aproxima-se o momento de preparar a documentação necessária à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). As entidades devem observar os seguintes artigos da lei nº 12.101/2009: artigo 3º; Saúde – artigos 4º e 5º; Educação – artigos 13 e 14; e Assistência Social – artigos 18 e 19. As entidades beneficentes devem, ainda, observar as exigências contidas nos artigos 3º e 4º do decreto nº 7.237/2010.

Considerando que muitas entidades procederão à renovação do Cebas no próximo ano de 2012, passo a comentar itens estatutários que devem chamar a atenção de seus dirigentes.

O que me desperta a atenção é a necessidade de se verificar se o Estatuto Social está efetivamente adequado às exigências legais. Em outras palavras, é preciso que se tenha cuidado aos dispositivos constantes do Código Civil Brasileiro; da lei nº 8.742/1973, alterada pela lei nº 12.435/2011; da lei nº 12.101/2009; do decreto nº 7.237/2010, alterado pelo decreto nº 7.300/2010; do decreto nº 6.308/2007; da resolução CNAS nº 109/2009; da resolução CNAS nº 16/2010, alterada pela resolução CNAS nº 33/2010; resolução CNAS nº 10/2011; e resolução CNAS nº 13/2011.

Entre os vários pontos que podem ser destacados, salienta-se que no Estatuto Social deve estar explícito que se trata de pessoa jurídica de direito privado, de natureza associação, fundação ou organização religiosa, sem fins econômicos e lucrativos, de caráter educacional ou de assistência social ou de assistência à saúde e suas finalidades institucionais.

Ao explicitar as finalidades institucionais é necessário que a entidade tenha uma redação estatutária objetiva e precisa, em pleno atendimento à lei nº 8.742/1993, à lei nº 12.101/2009 e ao decreto nº 7.237/2010. Isso quer dizer que suas finalidades devem estar efetivamente tipificadas às normas legais mencionadas. De outro lado, todo cuidado é pouco com o Relatório de Atividades e com o Plano de Atividades. Estes documentos devem estar em plena sintonia com as disposições estatutárias para não se caracterizar na interpretação de desvio de finalidades. Todas as atividades a serem desenvolvidas ou executadas devem estar em consonância com o Estatuto Social.


Outro ponto a se destacar é a explicitação precisa e objetiva das fontes de Recursos Econômicos e Financeiros da Entidade. As demonstrações contábeis devem irradiar com precisão essas fontes de recursos econômico-financeiros nas Demonstrações de Receitas de cada exercício financeiro, as quais serão apresentadas



em suas prestações de contas junto aos ministérios competentes.

Deve ficar clara a responsabilidade jurídica dos administrados quanto às fontes de recursos constantes do Estatuto Social. Estas podem gerar situações tributárias. Portanto, toda atenção é pouca ao reformar o Estatuto Social quanto aos recursos econômico-financeiros. O advogado deve ser informado pelo contador e pelos administradores sobre todas as fontes de recursos. O ideal é apresentar-lhe as demonstrações contábeis de cada exercício financeiro, esclarecendo sobre todas as atividades geradoras de recursos econômico-financeiros. Entendo também, por sua complexidade, que antes de

levar o Estatuto Social para registro, este deve ser lido, analisado e comentado pelo advogado, contador e pelos administradores em seu inteiro teor, a fim de que haja consenso sobre sua redação. Esta redação estatutária deve estar plenamente em conformidade com as atividades da entidade beneficente.

Por fim, o Estatuto Social deve ser uma carta de princípios da entidade. O Estatuto Social é a Constituição, a Carta Magna da instituição. Todos os associados e membros da entidade, bem como aqueles que fazem parte da gestão, devem conhecê-lo. O Estatuto Social é o documento fundamental e essencial da entidade. 

Ao explicitar as finalidades institucionais é necessário que a entidade tenha uma redação estatutária objetiva e precisa, em pleno atendimento à lei nº 8.742/1993, à lei nº 12.101/2009 e ao decreto nº 7.237/2010

CANT
CIDADÃO

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



A remuneração do empregado-dirigente do ente social e o risco fiscal



Marcos Biasioli

marcos@mbiasioli.com.br

Advogado em São Paulo, titular da M.Biasioli Advogados, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, administrador de empresas pelo Mackenzie/SP, consultor jurídico de entidades do Terceiro Setor e idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.

Recentemente, recebemos a seguinte consulta: “Representamos uma entidade social e, como não tínhamos voluntários dispostos a assumir a direção, convidamos alguns empregados mais antigos, que a assumiram. No entanto, eles continuam trabalhando na instituição como antes, e recebendo igual remuneração. Para nossa surpresa, a prefeitura de São Paulo nos comunicou que, em face de remunerarmos dirigentes, perdemos a isenção dos tributos do município. O que fazer agora? Não temos dirigentes voluntários para nosso projeto e precisamos dos recursos das isenções fiscais, pois colocamos tais recursos nos próprios projetos que beneficiam milhares de pessoas carentes.

A problemática não é *sui generis*, pois muitas instituições passam por situação similar, uma vez que não é difícil encontrar pessoas para atuar como voluntárias na obra do bem, porém, é cada vez mais difícil encontrar voluntários que se disponham a trabalhar graciosamente em prol de uma instituição social na condição de dirigente; que tenham disponibilidade em horário comercial; e respondam, inclusive, com seu

próprio patrimônio em favor da defesa dos interesses sociais da obra.

Diante deste cenário, pode-se afirmar que a decisão da consultante em eleger os próprios empregados para o cargo diretivo não deixa de ser uma medida assertiva, pois o empregado conhece a operação e seus problemas, bem como seus limites orçamentários, e sabe que se não produzir e trabalhar com afinco seu próprio emprego estará sob risco.

A caminhada pela sustentabilidade dos entes sociais pode estar dissociada dos recursos públicos; os gestores podem optar por buscar recursos de outras fontes, como aquelas da iniciativa privada

Ocorre que algumas correntes dissertam que, muito embora a medida seja prática e legal, nem sempre ela será ética, pois como pode um dirigente deliberar sobre seu próprio salário e benefícios, entre outros, sem ferir os interesses da entida-

de? Enfim, encontra-se uma saída para o órgão diretivo, porém se emboca noutras discussões, como a ética e a fiscal, esta ante ao fato de o Código Tributário Nacional vedar a distribuição a qualquer título para dirigente partindo de uma instituição social enquadrada como imune a tributos.

Para se dissuadir o impasse, há necessidade de se separar sustentabilidade econômica do ente social e a

É cada vez mais difícil encontrar voluntários que se disponham a trabalhar graciosamente em prol de uma instituição social na condição de dirigente; que tenham disponibilidade em horário comercial; e respondam, inclusive, com seu próprio patrimônio em favor da defesa dos interesses sociais da obra

remuneração dos dirigentes. Iniciando pelo primeiro, é preciso focar nos anseios da iniciativa social, ou, melhor dizendo, se os idealizadores/gestores da obra social tiverem o anseio de firmar parceria com o Estado no sentido de complementar sua missão na busca da erradicação das desigualdades, podem participar do orçamento público em tal empreitada, quer seja de modo direto, recebendo repasses econômicos, ou de modo indireto, por meio da isenção e/ou imunidade tributária.

Neste caso, transparência e lisura serão mógicas, pois se estará administrando um recurso público que gravita dentro da iniciativa privada e, assim sendo, todo vintém que sair do bolso da instituição, ora derivado do repasse, sairá dos cofres do Estado, e é por isso que a lei veda a distribuição a qualquer título de bens ou recursos aos dirigentes.

A caminhada pela sustentabilidade dos entes sociais pode estar dissociada dos recursos públicos; os gestores podem optar por buscar recursos de outras fontes, como aquelas da iniciativa privada e, assim, estão isentos da regra que impede a remuneração de dirigentes, porém, é recomendado que adequem seus estatutos para buscarem o reconhecimento de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) junto ao Ministério da Justiça, no qual faculta a possibilidade de se remunerar dirigente.

As Oscips também poderão desenvolver parcerias com o Estado e, ao mesmo tempo, remunerar dirigentes;



aliás, esta é a principal função delas, porém, lhes são vedados os recursos derivados da renúncia fiscal, eis que são reservados para entidades de educação e assistência social, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social.

Neste contexto, as entidades sociais que seguirem esse caminho estarão completamente alinhadas com a legislação e raramente serão questionadas pelo órgão público por estarem remunerando dirigentes, pois o ato é legal e não fere qualquer princípio de transparência social.

De outro lado, as entidades beneficentes de assistência social, reconhecidas por um dos

A dualidade de papéis pode não ser ética, mas não é ilegal, e a remuneração deles, na condição de empregados, não fere a vedação do CTN

ministérios (MEC, MDS ou MS), são instituições isentas e imunes de recolhimento de tributos e, assim, estão impedidas de remunerar dirigentes, pela função de dirigentes, sob pena de violarem o CTN, pois a previsão legal proíbe a distribuição de patrimônio e/ou renda a qualquer título. A consequência de tal ato será a obrigatoriedade de devolver ao Fisco todos os recursos, ora frutos do tributo, que deixaram de recolher aos cofres públicos.

Muito embora a lei não deixe margem a qualquer outra interpretação, pode-se afirmar que, seguindo o exemplo da consulente, não há qualquer vedação em se incluir no quadro diretivo empregados da instituição social nem o dever deles de se demitirem, ante a cumulatividade de funções. A dualidade de papéis pode não ser ética, mas não é ilegal, e a remuneração deles, na condição de empregados, não fere a vedação do CTN, a uma, que continuarão a receber pela função empregatícia que sempre tiveram; e a duas, ante ao fato de que a remuneração na qualidade de empregado é diametralmente contrária à distribuição de renda disfarçada à dirigente, exceto se cessar o trabalho primitivo em prol do *status* de dirigente.

Assim, caso a administração pública resolva tributar o ente social isento/imune, sob o argumento de que a remuneração do empregado que cumula função de dirigente em instituição social viola a lei, ela estará cometendo um ledro engano e estará, por consequência, violando o artigo 5º, inciso XIII, da Constituição, que aduz: “*é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*”. Ou seja, estará retirando do obreiro do Terceiro Setor a liberdade constitucional do exercício do trabalho.

A Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 113/98, prevê em seu artigo 4º: “Para gozo da imunidade, as instituições imunes de que trata o art. 1º não podem remunerar (...) seus dirigentes pelos serviços

prestados. (...) § 2º Não se considera dirigente a pessoa física que exerça função ou cargo de gerência ou de chefia interna na pessoa jurídica. (...) § 4º Às pessoas a que se refere o § 2º podem ser atribuídas remunerações, tanto em relação à função ou cargo de gerência, quanto a outros serviços prestados à instituição”.

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, no acórdão nº 107-07340, também tem decidido acerca da possibilidade de se remunerar empregado que simultaneamente atua como dirigente: “*Ementa: As mantenedoras de estabelecimentos de ensino podem ter a imunidade tributária suspensa nos termos do artigo 14, par. 1º do Código Tributário Nacional. Porém, o pagamento regular de salários e outras rubricas trabalhistas, em retribuição de serviços prestados ao estabelecimento mantido, não caracteriza, por si só, desobediência à norma legal, exceto quando a fiscalização provar que a situação assim apresentada configura distribuição simulada de resultados*”.

Enfim, negar que um profissional, principalmente um assistente social, que milite dentro de uma instituição social, na qualidade de empregado e/ou prestador de serviços, está impedido de se eleger¹ a cargos eletivos, sob pena de se caracterizar, por parte da instituição social, uma violação à lei tributária e, por consequência, se ceifar um direito constitucional da imunidade tributária, implica em violar a Constituição Federal, que protege o direito ao livre exercício do trabalho e da isonomia.

Desta forma, conclui-se que o poder tributante deve ter a sensibilidade de antes de defender a sanha arrecadatória, ter o bom senso de analisar com bastante frequência não a remuneração do dirigente, mas o desvio de sua finalidade, uma vez que ele é quem caracteriza a evasão do dinheiro público, pois, do contrário, as instituições ficarão à deriva, pois nenhum voluntário estará disposto a virar alvo da sabinagem fiscal, somente pela contrapartida espiritual. ☺

¹ Exceto se o estatuto social vedar.

Precisa se comunicar com públicos relacionados a iniciativas ambientais?



Para gerenciamento de crises, ações de comunicação, relacionamento com entidades de classe e comunitárias, entre outras atividades, a Maxpress disponibiliza ao mercado o Ambiental.

Dentro de uma plataforma on-line, o Ambiental agrega todos os públicos para o seu relacionamento corporativo com as mais diversas áreas ambientais. Dessa maneira sua ação será focada e ágil, com resultados assertivos e diretos.

Maxpress - Tecnologia para Relacionamentos com Públicos Estratégicos

(11) 3341-2800
www.maxpress.com.br

Maxpress



XII Congresso Brasileiro do 3º Setor

Direito | Auditoria | Contabilidade | Captação de Recursos

21 de outubro de 2011

Renaissance São Paulo Hotel

Alameda Santos, 2233 • São Paulo/SP • Brasil

Ojetivo

O Congresso Brasileiro do Terceiro Setor tem por objetivo, contribuir com a atualização e o aprimoramento da capacitação profissional da sociedade civil organizada e das empresas socialmente responsáveis, diante das mutações legais, contábeis e de sustentabilidade do Terceiro Setor.

Programação

8h - CADASTRAMENTO

8h30 - Abertura Solene do Congresso
"Rumos do Terceiro Setor em face da nova Política Social de Estado"

Marcos Biasioli

Coordenador Geral do Congresso.

Contabilidade do Terceiro Setor



9h - "Os erros usualmente identificados na preparação das demonstrações financeiras pelas entidades do Terceiro Setor"

Marcos Antonio Boscolo



9h30 - "Temas polêmicos da Contabilização das Gratuitades à luz na Nova Lei da Filantropia"

Marcelo Roberto Monello



10h - "Contabilidade Digital do Terceiro Setor"

Paulo Sidney

10h30 Coffee-break

Auditoria do Terceiro Setor



11h - "As novas normas de auditoria e seus reflexos nas asseguarações das entidades do Terceiro Setor"

Ângela Zechinelli Alonso

Direito do Terceiro Setor



11h30 - "Ação Popular e seus Reflexos em Face das Fundações e Entidades de Interesse Social"

José Eduardo Sabo Paes

Debates dos temas dos painéis 1, 2 e 3
12h - com os palestrantes disponíveis na mesa diretora

Presidente de Mesa

Gildo Freire de Araujo



12h30 - Intervalo para Almoço

13h30 - **Entretenimento** - Show de mágica com Marthin o Mágico

14h - "Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área de Saúde - Avanços com relação às mudanças do novo marco legal do Terceiro Setor"

Antonio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito



14h45 - "Tipificação da Atividade Beneficente de Assistência Social, Educacional, Saúde e das Mistas e o Status Tributário"

Marcos Biasioli



15h30 - **Coffee-break**

Debates dos temas do painel 3 (tarde)
16h - com os palestrantes disponíveis na mesa diretora.

Presidente de Mesa

Lúcia Bludeni



Captação de Recursos do Terceiro Setor

16h30 - "Títulos de Impacto Social - A Nova Vedete da Captação de Recursos"

Sérgio G. Lazzarini



17h - "Novas políticas de Desenvolvimento Social de São Paulo e as fontes de recursos em prol do Terceiro Setor"

Rodrigo Garcia



17h30 - "Modelo de Sustentabilidade da ONG Doutores da Alegria - Cases de Sucesso"

Luis Vieira Rocha



18h - Debates dos temas do painel 4 com os palestrantes disponíveis na mesa diretora.

Presidente de Mesa

Michel Freller



18h30 - **ENCERRAMENTO**

Apoio e Patrocínio



Realização



ECONÔMICA
Desenvolvimento Social

Inscrições

ECONÔMICA DESENVOLVIMENTO SOCIAL

www.economica.com.br

Tel.: (11) 5102.4654

congressos@economica.com.br

Investimento

R\$ 490,00 até 31/08/2011

R\$ 590,00 a partir de 01/09/2011

VAGAS LIMITADAS



Direito desrespeitado

O artigo 396 da CLT estabelece que, durante a jornada de trabalho, a empregada mãe tem direito a dois descansos especiais, de meia hora cada um, para amamentar o próprio filho, até que este complete seis meses de idade. Esse período de seis meses poderá ser ampliado, a critério do médico, dependendo das condições de saúde da criança. Apesar da determinação legal, existem diversas ações ajuizadas na Justiça do Trabalho brasileira, as quais denunciam que muitos empregadores ignoram esse direito da mãe trabalhadora. Não é raro que condenações sejam proferidas pelos tribunais, e as reclamantes em geral recebem uma hora extra diária, correspondente aos intervalos destinados à amamentação, desde o seu retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade até a data em que seu filho completou seis meses de idade, além de outros direitos.

 www.mg.trt.gov.br

Pensão de excepcionais

A 3ª Câmara de Direito Público do TJ-SC reconheceu o direito de revisão da "Pensão de Excepcionais" paga pelo Estado de Santa Catarina para um salário mínimo, com a quitação das parcelas pagas a menos, sem a incidência da prescrição. O pedido foi feito por um contribuinte com necessidades especiais. A decisão prevê, ainda, a aplicação de juros e correção a contar da citação (9 de setembro de 2009), com base nos índices da caderneta de poupança. O relator da matéria, desembargador substituto Carlos Adilson Silva, disse que a legislação já deveria ter se adequado à Constituição Federal, que prevê o pagamento de um salário a pessoas totalmente incapazes, cujos pais ou curadores tenham renda inferior a dois salários-mínimos.

 www.tjsc.jus.br

Justiça do Trabalho I

A Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) foi regulamentada pelo Órgão Especial do TST após publicação da Resolução Administrativa 1.470, de 24 de agosto de 2011. O documento também instituiu o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que manterá os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas, de direito público ou privado, que estão inadimplentes perante a Justiça do Trabalho. Instituída pela lei nº 12.440/2011, a CNDT estabelece que, para participar de licitações e firmar contratos com a Administração Pública, as empresas devem apresentar a Certidão Negativa (ou a Certidão Positiva com Efeitos Negativos).

Justiça do Trabalho II

O documento passará a ser exigido a partir de 4 de janeiro de 2012. A exigência legal é uma medida de proteção ao trabalhador que tem créditos trabalhistas já reconhecidos pela Justiça, mas que não consegue recebê-los. Na Justiça do Trabalho brasileira existem atualmente 2,5 milhões de processos em fase de execução. A CNDT certificará a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências e filiais, e será expedida gratuita e eletronicamente, a partir do site de qualquer tribunal da Justiça do Trabalho. Só terá direito à certidão a empresa que não possuir nenhum débito decorrente de sentença condenatória transitada em julgado ou de acordo trabalhista, incluindo as conciliações celebradas perante o Ministério Público do Trabalho ou comissão de conciliação prévia.

 www.trt15.jus.br

Artigos alterados

Este recente diploma normativo promoveu alterações nos artigos 14-A e 14-B do Capítulo III do Título II da lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), sendo que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, bem como sobre as comissões intergestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasens) e suas respectivas composições.

 www.planalto.gov.br

R\$ 300 milhões em incentivos

O Ministério da Saúde anunciou as novas regras para a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Saúde (Cebas) que prestam serviço ao SUS. A portaria foi assinada pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, durante o XXI Congresso Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos. Na ocasião, também foram anunciados repasses de R\$ 100 milhões este ano e R\$ 200 milhões em 2012 para o Incentivo de Apoio à Contratualização de 700 entidades filantrópicas. A portaria simplifica e torna mais claras as regras para a certificação e renovação do certificado de filantropia.

 www.saude.gov.br

SUAS: aprimoramento dos serviços

A nova lei que instituiu o SUAS destaca um aspecto importante para a condução da política do setor: o aprimoramento da gestão e da qualidade da oferta de serviços. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o sistema é composto pelo poder público e pela sociedade civil, que participa diretamente do processo de gestão compartilhada por meio dos conselhos municipais de assistência social e de entidades e organizações públicas e privadas que prestam serviços na área. Uma conquista de todos os que militam na área da assistência, o SUAS instituiu o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do sistema para Estados, municípios e o Distrito Federal, além de garantir a continuidade do repasse de recursos aos beneficiários.

 www.mds.gov.br

Testes rápidos de hepatites B e C

A população já tem à disposição, desde agosto, testes rápidos para a detecção das hepatites B e C. Os exames fornecerão os resultados em 30 minutos e o diagnóstico precoce ajudará a evitar a transmissão da doença, ampliando a eficácia do tratamento. Adquiridos pelo Ministério da Saúde e distribuídos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), os testes rápidos são exames de triagem. Portaria do Ministério instituiu novas regras de tratamento para a hepatite C, prevendo a ampliação do uso de interferon peguilado – mais confortável para o paciente que a apresentação convencional –, a dispensa de biópsia prévia para início do tratamento em alguns casos e a simplificação do processo para autorizar a prorrogação do tratamento. Na prática, a medida permite mais agilidade para indicar o prolongamento de tratamento.

Hospedagem temporária de pacientes

O Sistema Único de Saúde (SUS) poderá ser obrigado a colocar à disposição dos pacientes meios de hospedagem temporária àqueles que necessitarem de serviços de saúde fora da cidade onde moram. A Câmara analisa o projeto de lei nº 570/2011, do deputado Weliton Prado (PT-MG), que obriga o SUS à implantação e funcionamento dessas instalações. Se aprovado, as regras serão definidas pelo Ministério da Saúde, em conjunto com os gestores do SUS e conselhos de saúde. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

 www.saude.gov.br

Ponto eletrônico

Após ser adiada duas vezes, entrou em vigor no dia 1º de setembro em todo o Brasil a nova regulamentação do Sistema de Registro do Ponto Eletrônico. A exigência de utilização dos equipamentos de marcação com emissão do recibo estava prevista para começar em agosto do ano passado, quando foi prorrogada para março e, finalmente, para setembro deste ano. As novas regras valem para empresas com mais de dez funcionários que utilizam pontos eletrônicos. O Ministério do Trabalho e Emprego baixou portaria em agosto do ano passado porque descobriu um grande prejuízo para os cofres públicos e para o trabalhador. Segundo dados do ministério, as empresas estão deixando de pagar mais de R\$ 20,3 bilhões em horas extras por ano. Além disso, a sonegação à Previdência Social chegava a R\$ 4,1 bilhões e a mais de R\$ 1,6 bilhão ao FGTS.

 www.r7.com

Doação presumida de órgãos

A Câmara dos Deputados analisa o polêmico projeto de lei nº 374/2011, da deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS), que estabelece a doação presumida de órgãos e tecidos humanos ao determinar que não será doador somente a pessoa que registrar em documento público essa escolha. Atualmente, conforme a lei nº 9.434/1997, a retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica depende da autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, firmada em documento assinado por duas testemunhas presentes à verificação da morte. A proposta acaba com essa necessidade de autorização prévia dos familiares. O projeto estabelece ainda que a manifestação de vontade por não ser doador poderá ser revista a qualquer momento, prevalecendo a mais recente no caso de coexistirem dois documentos válidos com opções diferentes.

 www2.camara.gov.br/agencia

Dedução de seguros

O contribuinte poderá deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física os pagamentos de seguros. É o que prevê o projeto de lei nº 1.717/2011, da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP). A medida, que segue em análise na Câmara dos Deputados, inclui seguros de vida, imóvel e automóvel, inclusive relativos aos dependentes. O texto altera a lei nº 9.250/1995, que trata do Imposto de Renda. Segundo a deputada, o PL é necessário porque o Estado não tem condições de garantir plena segurança aos cidadãos, como previsto na Constituição. A proposta, que segue em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação, e também de Constituição e Justiça e de Cidadania.

 www.24horasnews.com.br

Alterações na LOAS

Depois de tramitar por três anos no Congresso Nacional, o projeto de lei que trata do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi sancionado, entrando em vigor no dia 7 de julho. A lei nº 12.435 dispõe sobre a organização da assistência social, com base nos atuais normativos legais que regulam a filantropia no país. Com a nova legislação, além da inclusão de novos artigos na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), foram alterados os artigos 2º, 3º, 6º, 12 a 17, 20 a 24, 28 e 36.

 www.previdencia.gov.br

1 Uma entidade pode renunciar aos títulos de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, bem como o Cebas, permanecendo somente como entidade sem fins lucrativos?

A lei não exige que uma entidade, para ser sem fins lucrativos, obtenha os títulos mencionados, sendo, portanto, perfeitamente possível a renúncia desses títulos caso a entidade já os tenha conquistado. Porém, do ponto de vista fiscal, haverá algumas desvantagens, principalmente porque os títulos constituem pré-requisito à obtenção de isenções de impostos e contribuições. Por outro lado, não ficará obrigada ao cumprimento da aplicação de 20% de sua receita para os fins a que se destina, devendo, no entanto, recolher regularmente seus encargos tributários a fim de evitar embaraços fiscais.

2 A organização que vende mercadorias, mesmo sendo imune, deve emitir nota fiscal?

Em princípio, seria de suma importância avaliar a legislação tributária estadual, bem como o caso concreto no que se refere à comercialização. Apenas para elucidar, no Estado de São Paulo todas as pessoas jurídicas que pratiquem algum fato gerador de venda devem estar inscritas no cadastro de contribuintes, conforme as operações ou prestações que realizem. Ainda que não tributadas ou isentas do imposto, devem, relativamente a cada um de seus estabelecimentos, emitir documentos fiscais, manter escrituração fiscal destinada ao registro das operações ou prestações efetuadas e atender às demais exigências decorrentes de qualquer outro sistema adotado pela administração tributária.

3 Nossa instituição irá celebrar um acordo com a prefeitura para receber verbas, mas a cada momento é citado um instrumento diferente. Qual é a real diferença entre termo de parceria e contrato?

Pode-se dizer que a principal característica de um termo de parceria é que os partícipes atuam sob regime de cooperação, ou seja, possuem interesses recíprocos. Assim, o termo de parceria não pode de maneira alguma ser equiparado a um contrato, que tem como objeto criar obrigações entre as partes contratantes, havendo interesses opostos e contraditórios.

4 Uma entidade estrangeira pode atuar no Brasil?

Basicamente, existem duas formas para entidades estrangeiras desenvolverem suas atividades em território brasileiro: uma é praticar um ato específico, e outra é radicar uma sede em nosso país. No entanto, é importante frisar que qualquer ato deve preceder de autorização, em virtude de determinação legal (Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 11, § 1º), cuja solicitação é dirigida ao ministro de Estado da Justiça. Contudo, uma vez autorizado o funcionamento, a entidade estrangeira estará sujeita ao cumprimento da legislação brasileira.

5 Uma entidade que presta serviços a terceiros está obrigada a emitir nota fiscal?

Embora as entidades assistenciais gozem de benesses fiscais, concedidas pela própria Constituição Federal, assim como de legislações esparsas, esse fato não desonera as mesmas de cumprir com as obrigações acessórias, dentre elas, emitir notas fiscais pela prestação de serviço. Assim, é necessário manter cadastro junto ao órgão público municipal que regulamenta a tributação do ISS e cumprir com todas as obrigações advindas da prestação de serviço, conforme cada legislação específica. É possível, no entanto, peticionar ao órgão público solicitando a adoção de regime especial, uma vez que, por não haver finalidade lucrativa, algumas das obrigações podem ser ajustadas com base nesse cenário.

6 Uma entidade que desenvolve projeto cultural pode ser considerada como assistencial?

A promoção da assistência social se dá com a realização de uma das atividades elencadas pelo artigo 203 da Constituição Federal, ou seja: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. Portanto, embora os projetos de cunho cultural sejam de extrema relevância para a sociedade brasileira, estes não poderão ser considerados como assistenciais.

Setembro

Dia	Obrigação	Fato gerador
6	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em agosto/11
	GFIP	Entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a agosto/11
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de agosto/11
8	Dacon	De acordo com a IN 1.178/2011, art. 1º, fica prorrogado para o quinto dia útil de outubro de 2011 o prazo de entrega do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon) relativo a fatos geradores ocorridos de abril a julho/11
9	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa a agosto/11 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31 de agosto
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência agosto/11, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em agosto, incidente sobre rendimentos sujeitos à apuração mensal do imposto
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a agosto/11 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
22	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em julho/11
23	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores (folha de pagamento) ocorreram no mês de agosto/11
	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores (faturamento) ocorreram em agosto/11
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de setembro
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em agosto/11. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	ITR	Último prazo para a entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) – Exercício 2011
	IRPF – Quota	Pagamento da quota única ou da 1ª quota do ITR código 1070

Outubro

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em agosto/11, para pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de setembro/11
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (CAGED)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em setembro/11
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa a setembro/11 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
14	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de setembro
	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência setembro/11 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em setembro, incidente sobre rendimentos sujeitos à apuração mensal do imposto
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a setembro/11 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
21	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em agosto/11
25	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em setembro/11
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em setembro/11
29	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de outubro
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em setembro/11. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso

Tabelas práticas				
Contribuições previdenciárias (INSS)				
1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
De	Até	-	-	
-	R\$ 1.107,52	8%	8%	
R\$ 1.107,53	R\$ 1.845,87	9%	9%	
R\$ 1.845,88	R\$ 3.691,74	11%	11%	
2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
De	Até	Empregado	Empregador	Total
-	R\$ 1.107,52	8%	12%	20%
R\$ 1.107,53	R\$ 1.845,87	9%	12%	21%
R\$ 1.845,88	R\$ 3.691,74	11%	12%	23%
3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes individual e facultativo, o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição.				
4 – Salário mínimo				
Período	Valor			
A partir de fevereiro/09	R\$ 465,00			
A partir de janeiro/10	R\$ 510,00			
A partir de janeiro/11	R\$ 540,00			
A partir de março/11	R\$ 545,00			

5 – IR - Fonte e Carnê Leão – 2011		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
Até 1.566,61	-	-
De 1.566,62 até 2.347,85	7,5%	R\$ 117,49
De 2.347,86 até 3.130,51	15%	R\$ 293,58
De 3.130,52 até 3.911,63	22,5%	R\$ 528,37
Acima de 3.911,63	27,5%	R\$ 723,95

Deduções admitidas:

- a) Por dependente, o valor de R\$ 157,47 por mês;
- b) Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão até o valor de R\$ 1.566,61 por mês, a partir do mês em que o contribuinte completou 65 anos de idade;
- c) As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
- d) As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- e) As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares semelhantes aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- a) Base de cálculo: Rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
- b) Valor do imposto: Na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Tabelas e datas sujeitas a alterações

ISO 26000

Recém-lançada, a norma internacional ISO 26000 chega com a missão de orientar as organizações em suas políticas de responsabilidade social

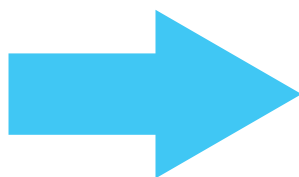
Por Juliana Fernandes

A

responsabilidade social é um modelo de gestão que vem crescendo em todo o mundo. O conceito propõe uma aliança estratégica entre os principais setores da sociedade civil, com o objetivo de promover a inclusão social, a promoção da cidadania, a preservação ambiental e a sustentabilidade do planeta. Diante desse panorama, o Brasil tem se destacado como protagonista no aperfeiçoamento do tema – já que, em parceria com a Suécia, foi responsável

pelo grupo de trabalho que elaborou a *Norma Internacional ISO 26000 - Diretrizes sobre Responsabilidade Social*.

O projeto, que durou cerca de cinco anos, envolveu 450 especialistas, 99 países e 42 organizações regionais e internacionais com relevância no assunto, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a *Consumers Internacional* (CI) e o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (*UN-Global Compact*). Para a elaboração da ISO 26000, as delegações foram divididas em diferentes grupos em um processo de *multistakeholders*, em que todas as partes interessadas foram devidamente representadas. Nesse caso, estiveram envolvidos: consumidores, governo, indústrias, trabalhadores, organizações não-governamentais (ONGs), além de Serviço, Suporte, Pesquisas, e Outros (SSPO).





Ana Paula Grether (à esquerda), no lançamento da ISO no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2011

Diferentemente de outras normas criadas pela ISO (*International Organization for Standardization*) – nas quais é concedido um selo de reconhecimento, como no caso das ISO 9000 e 14000, de gestão ambiental –, esta não certifica as entidades que a adotarem. Sendo assim, a ISO 26000 serve apenas como um guia de diretrizes para melhorar as práticas já existentes e integrar o comportamento socialmente responsável nas organizações – sejam elas de médio ou grande porte ou dos setores público, privado e não-governamental. Por isso, é indicada tanto para ser utilizada pelas organizações que começam a abordar o tema da responsabilidade social, quanto pelas mais experientes em sua implementação.

No entanto, a ausência de um selo que ateste o cumprimento da norma fez com que muitos questionassem o sucesso de sua aplicação. Mas, conforme explica a representante do setor industrial na delegação brasileira de construção da ISO 26000 e coordenadora do Relatório de Sustentabilidade da Petrobras, Ana Paula Grether, “hoje, a sociedade está cada vez mais crítica e exigente, e não é mais a certificação que garante o reconhecimento das empresas. Por isso, ela é fundamental para qualquer organização que tenha o objetivo de manter sua atuação no

mercado. O documento é de extrema importância sobre o que esperar e como conceber sua conduta em alinhamento com as expectativas da sociedade”.

Segundo Grether, é importante que as organizações trabalhem de acordo com as expectativas de seu público. E isso inclui: valor de imagem, fidelidade, mercado consumidor, práticas de trabalho, princípios de atuação ética, prestação de contas, transparência, respeito aos direitos humanos, além do envolvimento comunitário que promova o desenvolvimento local e a interação com a sociedade como um todo.

A estrutura da ISO 26000

Normalmente, o processo para a construção de uma norma internacional leva em torno de três anos. No caso da ISO 26000, o grupo iniciou os trabalhos em 2005 e a divulgação da versão brasileira só ocorreu em dezembro de 2010. Devido à complexidade do tema, foram realizadas oito reuniões em diferentes partes do mundo, que envolveram dinâmicas para negociações e metodologias específicas para a obtenção de consensos. Foram adotados também subgrupos de redação, que tinham a função de elaborar capítulos/seções específicas, estruturados da seguinte forma:



Workshop Oportunidades e Desafios na Aplicação da ABNT NBR ISO 26000, realizado em Salvador.

Seção 1

Escopo – Define o escopo da norma e identifica certas limitações e exclusões.

Seção 2

Termos e definições – Identifica e fornece a definição de temas-chaves para a compreensão da responsabilidade social e uso da norma.

Seção 3

Compreensão da responsabilidade social – Descreve os fatores e condições importantes que influenciaram o desenvolvimento da responsabilidade social e que continuam a afetar sua natureza e prática. Descreve também o próprio conceito e o significado do tema, além de sua aplicação nas organizações. A seção ainda inclui orientações para organizações de pequeno e médio porte.

Seção 4

Princípios da responsabilidade social – Introduce e explica os princípios da responsabilidade social.

Seção 5

Reconhecimento da responsabilidade social e engajamento das partes interessadas – Aborda duas práticas da responsabilidade social: o reconhecimento da organização sobre o seu comportamento socialmente responsável e o engajamento de suas partes interessadas. Além disso, fornece orientações sobre a relação entre uma organização, suas partes interessadas e a sociedade, sobre o reconhecimento dos temas e questões centrais da responsabilidade social e a esfera de influência da organização.

Seção 6

Orientações sobre temas centrais da responsabilidade social – Explica os temas centrais e questões referentes à responsabilidade social. Para cada tema central, são fornecidas informações sobre seu escopo, sua relação com a responsabilidade social e respectivos princípios, ações e expectativas.

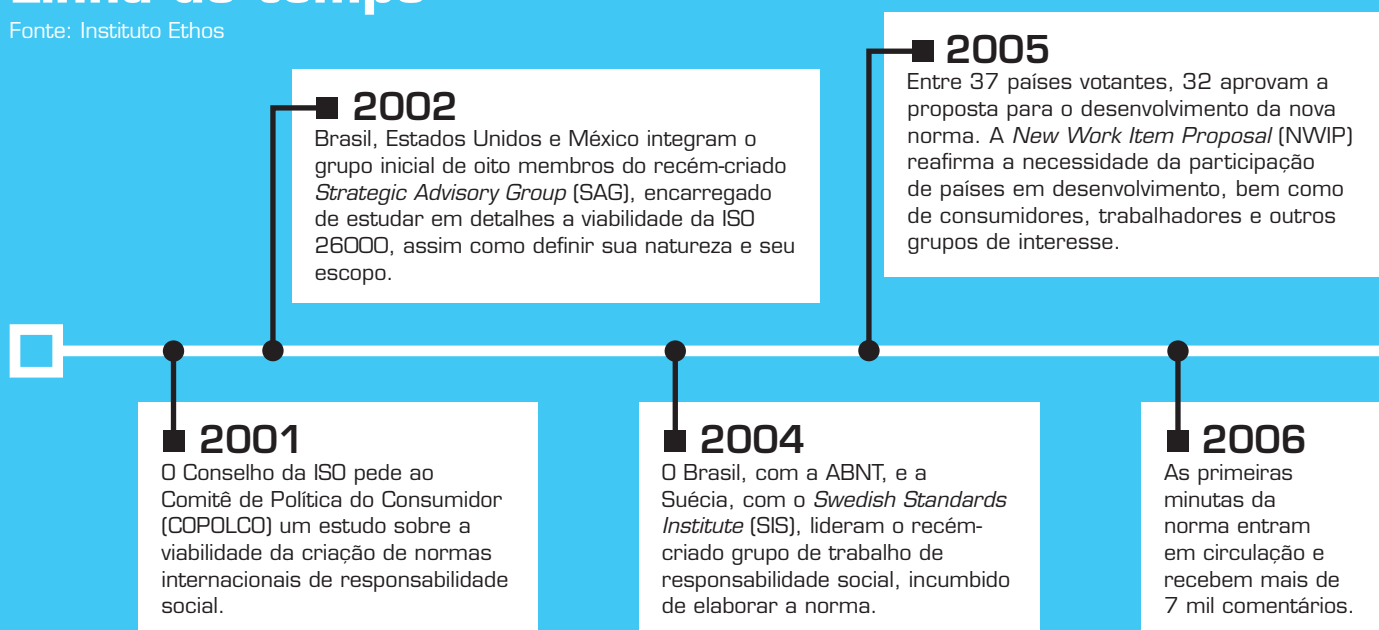
Seção 7

Orientações sobre a integração da responsabilidade social em toda a organização – Fornece orientações sobre como colocar a responsabilidade social em prática

a ISO 26000 serve apenas como um guia de diretrizes para melhorar as práticas já existentes e integrar o comportamento socialmente responsável nas organizações – sejam elas de médio ou grande porte ou dos setores público, privado e não-governamental

Linha do tempo

Fonte: Instituto Ethos



Em 2006, foi criado um Grupo de Articulação das ONGs brasileiras na ISO 26000 (GAO) com o objetivo de discutir e direcionar a participação dos membros das organizações do país no processo de construção dessa norma internacional sobre responsabilidade social

em uma organização. Isso inclui orientações relacionadas a compreender a responsabilidade social da organização, integrar a prática em toda a entidade, comunicar sobre o modelo de gestão adotado, melhorar a credibilidade da instituição em relação à responsabilidade social, aperfeiçoar o desempenho e avaliar iniciativas voluntárias.

Em seu texto, a norma afirma que a adoção desses temas favorece positivamente uma organização, principalmente no que diz respeito à melhoria da competitividade e do relacionamento com as partes interessadas, impacto na capacidade da organização para recrutar, motivar e reter seus empregados, além de prever ou reduzir possíveis conflitos com seus consumidores.

“O importante é que esses temas não sejam conduzidos de forma isolada, pois são interdependentes e precisam ser trabalhados de forma holística e integrada. Todos devem ter o mesmo grau de importância e fazer parte da governança internacional”, explica o assessor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e co-secretário do grupo de trabalho de responsabilidade social da ISO, Eduardo São Thiago.

O envolvimento do Terceiro Setor nesse processo

Em 2006, foi criado um Grupo de Articulação das ONGs brasileiras na ISO 26000 (GAO) com o objetivo de discutir e direcionar a participação dos membros das organizações do país no processo de construção dessa norma

internacional sobre responsabilidade social. O GAO também se comprometeu a promover a discussão do conceito em âmbito nacional, bem como sua reflexão, além de colher as contribuições das entidades sobre o tema.

As ONGs articuladas por meio do GAO pautaram suas propostas e ações visando o atendimento pleno de uma agenda essencial – cuja aplicação prática, conceitual e filosófica deveria estar refletida em todos os pontos da ISO 26000. Isso incluía: o compromisso ético com o meio ambiente e a sociedade, a promoção da cidadania global e da democracia, a valorização da autonomia da sociedade civil, a participação efetiva dos *stakeholders*, além da consideração da esfera de influência/cadeia de valor e a valorização da transparência.

“Nós, de certa maneira, procuramos dar um sentido para o trabalho e estruturar uma coisa que ao mesmo tempo fosse aberta e eficaz na participação. Os pontos dessa agenda refletem a visão do GAO e, consequentemente, das ONGs. Inclusive, muitos deles estão embutidos na norma e nos ajudam a entender o conceito de responsabilidade social. Essa agenda foi um guia muito importante para o nosso trabalho”, explica o secretário-executivo do GAO, Aron Belinky.

Atualmente, participam do grupo mais de 70 entidades da sociedade civil dos mais diferentes portes, focos de atuação, localizações geográficas, tendências político-filosóficas etc. A iniciativa tem inspirado outras ações, inclusive na área da administração pública, como

2007

Em Viena, o consenso em torno de questões-chave (como as definições de *stakeholders* e de cadeia de valor) representa um grande avanço na elaboração da ISO 26000. Cria-se a *Integrated Draft Task Force* (IDTF), encarregada de redigir uma nova minuta da norma, a quarta.

2009

Reunido em Quebec no Canadá, o grupo de trabalho de responsabilidade social da ISO discute os comentários que a minuta CD recebeu e confirma o seu avanço.

2008

A minuta no formato CD circula para comentários dos especialistas e é aprovada em votação.

2010

Foi em Copenhague, na Dinamarca, onde ocorreu a última reunião do grupo de trabalho de responsabilidade social da ISO. Neste encontro, a redação da norma foi finalizada e, após 5 anos de trabalho, o documento foi considerado pronto para publicação.

o Fórum Governamental de Responsabilidade Social. O GAO opera por meio de discussões em plataformas virtuais (internet), difusão de informações (físicas e eletrônicas), e também pela participação nos fóruns decisórios sobre a ISO 26000 no Brasil (ABNT) e no exterior.

Parcerias estratégicas

A Petrobras acompanhou o grupo de trabalho internacional da ISO 26000 desde a primeira reunião em 2005, e passou a ser representante da indústria brasileira em 2006. Durante o processo de trabalho, a empresa firmou uma parceria com a ABNT e com a delegação nacional – cujo objetivo foi disseminar a discussão da norma no país. “Das delegações internacionais, a do Brasil foi a que mais promoveu o lançamento da ISO 26000, e o nosso compromisso foi, portanto, ajudar na promoção de uma discussão participativa para toda a sociedade brasileira”, disse Ana Paula.

A representante ainda explicou que, desde 2007, a Petrobras adota uma política de responsabilidade social, o que contribuiu para que a empresa levasse exemplos e iniciativas ao grupo de trabalho da norma, além de fazer com que a organização já estivesse alinhada com as recém-lançadas diretrizes da ISO 26000. Atualmente, a organização tem realizado palestras e *workshops* para o público interno, além de capacitar seus pontos focais de responsabilidade social. Também já está sendo programada a construção de um programa de avaliação dos

seus fornecedores sobre a aplicação e atuação de seus projetos socialmente responsáveis.

“Desde o lançamento da norma até outubro deste ano, iremos realizar seminários em sete cidades brasileiras em parceria com a ABNT. Iremos distribuir cerca de 1.200 normas gratuitamente e cumprimos nossas expectativas de divulgar a importância da implementação da norma para a indústria brasileira”, finaliza Grether.

Desdobramentos

Durante a última reunião da ISO 26000, em Copenhague, na Dinamarca, foi sugerida a criação de um grupo de acompanhamento de implementação da norma. A ISO acatou a proposta e conferiu à ABNT e ao Instituto Sueco de Normalização a liderança da iniciativa, como reconhecimento da bem-sucedida atuação na construção da norma de responsabilidade social.

O grupo deve, entre outras tarefas, acompanhar casos de implementação, buscar melhorias práticas e identificar oportunidades e necessidades de aperfeiçoamento. E as expectativas são as melhores. Segundo Eduardo São Thiago, há muito interesse e manifestações positivas a favor da ISO 26000. “O impacto já está sendo e ainda será grande. Nossa estimativa é que essa norma tenha um impacto maior que a ISO 9000 e a 14000 tiveram no seu tempo, pois ela veio para causar uma diferença no cenário internacional”.

O GAO opera por meio de discussões em plataformas virtuais (internet), difusão de informações (físicas e eletrônicas), e também pela participação nos fóruns decisórios sobre a ISO 26000 no Brasil (ABNT) e no exterior

Temas centrais da norma



Quando se fala em responsabilidade social, é importante que a organização identifique questões relevantes e estabeleça algumas prioridades em suas políticas socialmente responsáveis. Sendo assim, a ISO 26000 sugere que o modelo de gestão das entidades esteja pautado em sete temas centrais:

Governança organizacional: Trata de processos e estruturas de tomada de decisão, delegação de poder e controle. O tema é, ao mesmo tempo, sobre como a organização deve agir e uma forma de incorporar os princípios e práticas da responsabilidade social à sua forma de atuação cotidiana.

Direitos humanos: Inclui *due diligence*, ou seja, situações de risco para os direitos humanos; como evitar cumplicidade; resolução de queixas; discriminação e grupos vulneráveis; direito cívico e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais; princípios e direitos fundamentais do trabalho.

Práticas trabalhistas: Refere-se tanto ao emprego direto quanto ao terceirizado e ao trabalho autônomo. Inclui emprego e relações do trabalho; condições de trabalho e proteção social; diálogo social; saúde e segurança no trabalho; desenvolvimento humano e treinamento no local de trabalho.

Meio ambiente: Inclui prevenção da poluição; uso sustentável de recursos; mitigação e adaptação às mudanças climáticas; proteção do meio ambiente e da biodiversidade e restauração de *habitats* naturais.

Práticas leais de operação: Compreende práticas anticorrupção; envolvimento político responsável; concorrência leal; promoção da responsabilidade social na cadeia de valor e respeito aos direitos de propriedade.

Questões dos consumidores: Incluem marketing leal, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas; proteção à saúde e à segurança do consumidor; consumo sustentável; atendimento e suporte ao consumidor e solução de reclamações e controvérsias; proteção e privacidade dos dados do consumidor; acesso a serviços essenciais e educação e conscientização.

Envolvimento e desenvolvimento da comunidade: Refere-se ao envolvimento da comunidade; educação e cultura; geração de emprego e capacitação; desenvolvimento tecnológico e acesso a tecnologias; geração de riqueza e renda; saúde e investimento social.

Fonte: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)

Referências:

Norma Internacional ISO
26000 - Diretrizes sobre
Responsabilidade Social.

Links

www.abnt.org.br
www.ethos.org.br/iso26000
www.gao.org.br
www.inmetro.gov.br



Internet como ferramenta de desenvolvimento social



Conrado Adolpho

Professor da ESPM, fundador da Agência Publilweb e especialista em marketing digital. É também autor dos livros "Os 8Ps do Marketing Digital" e "Google Marketing – O Guia Definitivo do Marketing Digital", além de criador da metodologia 8Ps do Marketing Digital, utilizada em várias faculdades, agências e empresas de todo o Brasil.

Sim. Podemos mudar o mundo. As pessoas vêm e vão, mas o desejo de transformar o mundo continua latente como uma reminiscência de nossa espécie. Muitos, absorvidos pelas tarefas cotidianas, não se deram conta do quanto o mundo vem se modificando nas últimas décadas em direção a essa vontade transformadora.

Desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, a sociedade tomou consciência de que poderia de fato mudar sua realidade se unindo em números cada vez maiores. Que a menor célula da sociedade – o cidadão – poderia iniciar uma revolução. Vimos o desenvolvimento do Terceiro Setor, lideranças globais lutando em prol de um estilo de vida mais sustentável, a exigência cada vez maior de transparência por parte das empresas, além de derrubadas de governos e movimentos sociais cada vez mais intensos.

A grande mudança reside no fato de que, diante de tais acontecimentos que sempre foram tão comuns ao longo dos séculos, estamos começando a questionar o nosso papel nesse mundo e repudiar com cada vez mais veemência tais atos.

A revolta das massas que descobrem ter voz para mudar o mundo começa com um *post* em um *blog* ou um simples *tweet*. Em meio a um quadro de mudança social, em meados da década de 1990, algo de novo veio à tona. Timidamente no início, tomou de assalto empresas, governos e setores inteiros da sociedade – a internet. A grande rede, que conecta pessoas em todas as partes transformando o próprio planeta em um grande cérebro, veio como resposta para o desejo de transformação que já era um brado uníssono em povos de praticamente todo o mundo.



O dinheiro, que sempre movimentou o mundo, não passa hoje de sequências numéricas na tela do seu *notebook* (ou *smartphone*). A Internet muda regimes governamentais totalitaristas promovendo a democracia como um caminho natural, o melhor até então, que promove o bem comum, e não o interesse individual.

Pela primeira vez, as condições de vida de um ser humano podem não estar vinculadas ao lugar onde

ele nasceu. Um computador antigo e uma linha de telefone abrem uma janela para o mundo e mostram a realidade possível em outras culturas. A Internet mudou a economia industrial, até então baseada no consumo como maneira de prosperidade de uma nação.

Uma informação estarrecedora se torna necessária nesse ponto. Para cada lata de lixo que produzimos em nossas casas, outras 70 foram geradas na indústria para criar o que hoje jogamos fora. Quanto mais a “obsolescência planejada” entra em nossas vidas, mais compramos e, portanto, mais lixo geramos.

Para minimizar esse consumismo desenfreado, um movimento está mudando nossa maneira de ver a vida baseada em marcas: o consumo colaborativo. Por meio de sites baseados no conceito de redes sociais, pessoas estão compartilhando e doando de roupas a bicicletas que não precisarão ser comprados, diminuindo o lixo pessoal e a produção industrial voltada para o consumo – que gera ainda mais lixo. No *ThredUp*, pessoas compartilham roupas infantis. Foram 12 mil itens negociados nos oito primeiros dias de funcionamento do site.

No *SharedEarth*, 2 milhões de metros quadrados de terra excedente foram compartilhados com produtores potenciais sem jardim apenas nos três meses de funcionamento do site. No *Freecycle*, 5,7 milhões de usuários em 85 países doam mais de 12 mil itens por dia pelo site.

A internet vem mudando o cenário das ONGs por todo o mundo colocando pessoas que precisam e pessoas que desejam ajudar em contato por meio da rede. A *Surfrider*, fundação para a proteção de oceanos e praias, teve mais de 145 mil horas de voluntariado de pessoas que atuam localmente e virtualmente desenvolvendo conversas nas redes sociais. O aplicativo “Causes”, no *Facebook*, utilizado para levantar dinheiro para causas humanitárias, já passou com folga os 7 milhões de usuários mensais.

Por meio de sites baseados no conceito de redes sociais, pessoas estão compartilhando e doando de roupas a bicicletas que não precisarão ser comprados, diminuindo o lixo pessoal e a produção industrial voltada para o consumo

A Internet foi a principal responsável por espalhar o movimento “Free Hug” pelo mundo a partir de um vídeo postado no *YouTube*, que já teve mais de 60 milhões de visualizações. As pessoas que participam do movimento simplesmente distribuem abraços grátis.

A educação é outra área na qual a internet tem transformado vidas. Sugata Mitra, com seu projeto intitulado “Buraco na Parede”, embutiu um computador ligado à internet em um bairro pobre de Nova Delhi e percebeu que as crianças aprenderam muitas coisas sozinhas ao interagir com uma máquina que a grande maioria delas nunca sequer tinha visto.

Na medicina, a rede social *PatientsLikeMe* ajuda centenas de milhares de pessoas que compartilham informações sobre doenças dos mais diversos tipos a encontrarem novos tratamentos e maneiras de lidar com suas enfermidades a partir da experiência do outro, esteja em qualquer lugar do mundo físico, mas no mesmo lugar no mundo virtual.

No jornalismo, a teoria da “*Agenda-settings*” cai por terra quando damos ao leitor o poder de ser o editor da sua própria notícia. Vários veículos começam a explorar o modelo de negócios do jornalismo-cidadão, em que qualquer pessoa munido de um celular com câmera e acesso à internet vira repórter. O fim do “furo” jornalístico.

E há ainda *softwares* de código aberto sendo construídos de maneira colaborativa por desenvolvedores em todo o mundo, compras coletivas, inovação aberta em sites como o *Innocentive*, auxiliando empresas a economizar fortunas, ou o *Zoopa*, gerando qualidade a partir da quantidade em um processo de “*crowdsourcing*”.


Há ainda a educação a distância em cursos gratuitos da aclamada Harvard University, disponíveis para qualquer um que domine minimamente o idioma inglês – ou aulas de inglês gratuitas no site da BBC ou em redes so-

ciais dedicadas ao ensino de idiomas, como o *Livemocha* – e outros temas que tantos outros já falaram.

A internet não é mais um meio para se enviar e-mails e criar perfis no *Facebook*. É muito mais. É a ferramenta que faltou na década de 1960 para que nossos *baby boomers* pudessem levar a cabo seu objetivo de mudar o mundo. Não é de se espantar que nossa geração Y queira transformar a sociedade. Ela tem a motivação, a autoestima necessária e, principalmente, as ferramentas para isso.

A internet é muito mais que uma revolução tecnológica: é uma revolução social. Vivemos em uma era que daqui a poucos anos conheceremos como a Revolução Digital. O período que passamos será um marco histórico que mudará o planeta.

A era da transição já está acontecendo há anos, só que agora as pessoas estão se desviando de tiros, mais embrenhados em meio a *tweets* e aplicativos de *iPhone*. Acredito na internet como um ambiente em que a troca de informações entre pessoas dos mais diversos povos fará com novos pontos de vista sejam compartilhados.

Boa parte das brigas e guerras ocorre justamente pela falta de compreensão do ponto de vista alheio. Podemos resolver isso com a troca. Com a conversa no mesmo local virtual. Não há limites para o que a humanidade pode fazer ao utilizar corretamente esse imenso cérebro global. A rede como o espelho da própria humanidade pode fazer com que, finalmente, encontremos a solução para as nossas mazelas – nos conheçamos como espécie e como indivíduos. 

Não é de se espantar que nossa geração Y queira transformar a sociedade. Ela tem a motivação, a autoestima necessária e, principalmente, as ferramentas para isso

MARKET



ANALYSIS

EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

www.marketanalysis.com.br

A intersectorialidade no resgate da dívida social



apf@apf.org.br

Presidente da Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf) e da Associação Paulista de Fundações (APF).

A ascensão socioeconômica de 30 milhões de brasileiros nos últimos anos, embora extremamente positiva, não deve diminuir o empenho nacional voltado à erradicação da miséria. Afinal, segundo números oficiais, ainda enfrentam essa perversa condição cerca de 19 milhões de pessoas. Resgatá-las dos grotões de subdesenvolvimento que ainda nos separam do primeiro mundo é prioridade absoluta do governo e da sociedade.

Considerando a dimensão do desafio, é alentador constatar que temos excelentes condições de enfrentá-lo e vencê-lo. Refiro-me ao potencial da somatória de políticas públicas e das ações do Terceiro Setor, que já proporcionou avanços expressivos, como a transformação do Brasil em uma nação predominantemente de classe média (52% dos habitantes) e o não recrudescimento da pobreza durante a grave crise mundial de 2008 e 2009. No entanto, é preciso articular melhor e de forma mais eficaz todo esse conjunto de esforços, de modo a evitar a superposição de projetos e o desperdício de recursos e para que se viabilize de maneira mais rápida a obra inacabada da inclusão social.

O modelo mais contemporâneo e eficiente para solucionar essa complexa equação chama-se intersectorialidade. Trata-se da constituição de redes dedicadas às causas do ensino, saúde, cultura, formação profissional, geração de renda, proteção a jovens e adultos sob risco social e/ou sem vínculo familiar, esporte e lazer educativos, dentre outras demandas. Contudo, em vez de ações dispersas e, às vezes, até redundantes de distintos

organismos e instâncias do poder público e instituições beneméritas, o trabalho passa a ser realizado de maneira organizada, compartilhada, sinérgica e transparente entre todos os atores que constituem o conceito mais pleno de nação, ou seja, a sociedade organizada (por meio das fundações, institutos e empresas) e o governo (federal, estadual e municipal).

As chamadas redes sociais, dessa maneira, são estruturas que congregam pessoas e organizações públicas e privadas, de maneira horizontal, democrática e participativa, na construção de projetos coletivos em prol do bem comum. É uma estratégia inovadora que, além de ampliar a produtividade dos esforços e investimentos no social e na melhoria da qualidade de vida, contribui muito para o avanço da jovem democracia brasileira, cuja base assenta-se justamente na organização cívica e pacífica da sociedade nos anos 1980. Desde os memoráveis comícios das Diretas Já, há 27 anos, e da Constituição de 1988, uma das mais avançadas do mundo referente aos direitos individuais e coletivos, avançamos de modo significativo, mas podemos e devemos ir além, em especial no tocante à participação mais efetiva dos indivíduos e das comunidades no processo de desenvolvimento.


O advento da intersectorialidade, portanto, suscita também o aperfeiçoamento do Estado, desvinculando as políticas públicas, principalmente as de cunho social, das velhas e indesejáveis práticas clientelistas. Compartilhando com a sociedade ações profissionais e



eficazes, com foco em resultados efetivos e soluções, o governo cumpriria de modo mais eficiente o papel específico que dele se espera em relação ao cumprimento das leis, justiça, fiscalização e segurança.

A organização e operação das redes intersetoriais dependem, obviamente, da capacidade de financiamento das ações, incluindo o estabelecimento de parcerias das entidades de benemerência com fontes de recursos financeiros privados (empresas) e governamentais. Nesse sentido, temos nos mobilizado de modo bastante dinâmico e proativo. A Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf) é uma das signatárias da plataforma por um novo marco regulatório para as organizações da sociedade civil, entregue no final de 2010 a todos os candidatos à presidência da República.

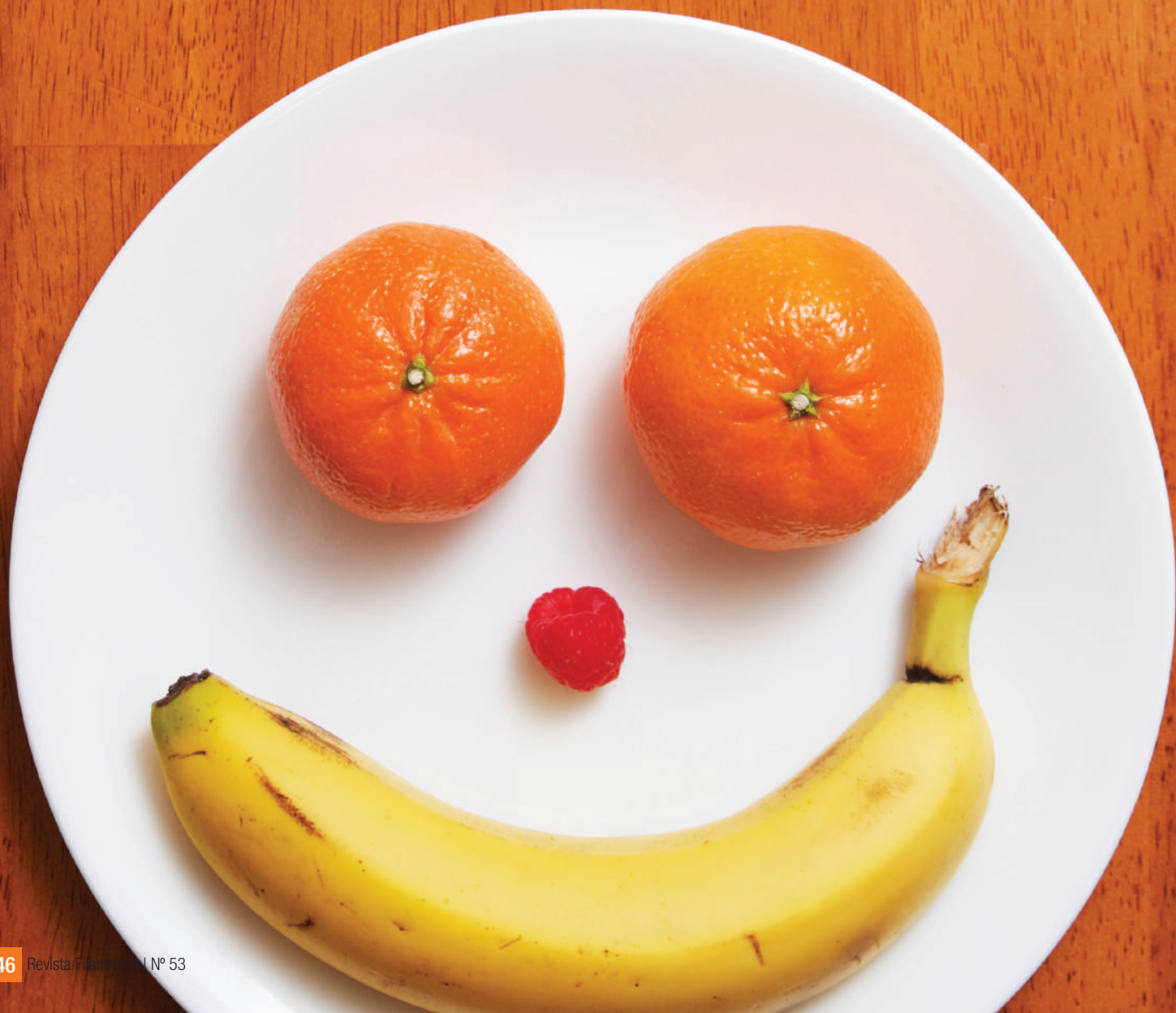
Nossa expectativa é a de que a presidente Dilma Rousseff, que já demonstrou sua sensibilidade para o

social e deixou clara a intenção de erradicar a miséria, encaminhe favoravelmente as sugestões contidas no documento. Uma delas refere-se justamente ao “acesso democrático aos recursos públicos, que permita a operacionalização desburocratizada e eficiente das ações de interesse coletivo”. Os demais itens são consentâneos com o conceito da intersetorialidade: “Processos e instâncias efetivos de participação cidadã nas formulações, implementação, controle social e avaliação de políticas públicas; instrumentos que possam dar garantias à participação cidadã nas diferentes instâncias; o estímulo ao envolvimento da cidadania com as causas públicas, criando-se um ambiente favorável à autonomia e fortalecimento das organizações da sociedade civil; um regime tributário apropriado e favorecido para elas, incluindo o aprimoramento de incentivos fiscais para doações de pessoas físicas e jurídicas”. 

As chamadas redes sociais, dessa maneira, são estruturas que congregam pessoas e organizações públicas e privadas, de maneira horizontal, democrática e participativa

SOMOS O QUE COMEMOS

O que desejamos no prato é o
mesmo que queremos para nós





fernandocredidio@sustente.org

Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações, e consultor associado em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.



joanamao@sustente.org

Gestora ambiental e consultora em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.

O desenvolvimento tecnológico, iniciado com a agricultura, disparou um processo de consumo dos recursos ambientais e, com isso, de nós mesmos. Consumir, ter e acumular se tornou a nossa forma de existir, uma vez que o homem é capaz de saciar os desejos de sua própria imaginação. Esse é o motor que move o consumo. Atender aos desejos parece ter se tornado uma ordem.

Daí vem a história da industrialização, da produção, do consumo e, conseqüentemente, da crise ambiental – que nos preocupa, mas que está nos fazendo enxergar nossa ligação com o meio. Atualmente, falar dele é o mesmo que dizer a nosso respeito.

A paisagem é um reflexo do que fizemos de nós mesmos. Territórios foram transformados em ambientes produtivos. Cidades foram construídas para os negócios, não para as pessoas. Tudo corre no tempo dos recursos, não no tempo da vida. A cadeia dos desejos tomou a nossa identidade. E o “ter” passou a gozar de maior prestígio do que o “ser”, como critério de valoração do homem em sociedade. Por isso, a pergunta agora não é como nos livrar da obsessão pelo consumo, mas qual é o significado dela para nós.

Um exemplo disso são as inúmeras disfunções alimentares. Nessa busca de relação homem-mundo, o que se coloca no prato é um reflexo do que se escolhe para si. Hoje, pensar em alimento local, plantio próprio ou a respeito do conhecimento sobre as fontes do que se ingere tornaram-se hábitos de pessoas alternativas. Ideias distantes.

O consumo compulsivo de alimentos acontece não pela comida em si, mas pela sensação de afeto que ela

nos traz. Estamos tão carentes disso que vamos consumindo, compulsivamente, a fim de preencher algo que não consegue ser satisfeito com bens, imagem e *status*, mas com autoconhecimento e troca. No momento em que entendermos essa questão, a obsessão cairá por terra e um despertar saudável para afetos genuínos de si mesmo com o meio acontecerá.

Para esse despertar, um caminho que está virando tendência nas grandes cidades são as hortas urbanas. Por meio delas, a reconexão ocorre primeiro, porque se cultiva o que se está consumindo, o que torna todo o processo mais consciente. Além disso, entende-se o processo do tempo da natureza. Uma horta ensina sobre como lidar com o que, para nós, é espera. Mesmo nos grandes centros urbanos, uma planta ainda segue o tempo da natureza.

Não há desculpa para não se iniciar o cultivo de uma horta em casa (isso inclui apartamentos). Praticamente tudo pode crescer em uma sementeira rasa. A sua profundidade determina com que frequência se deve regar. Pode-se plantar em qualquer espaço. Mesmo porque o nosso objetivo não é o de substituir o espaço de gente por espaço de planta. Mas por que não na cidade, em vez de praças ornamentais, paisagens comestíveis? Em casa, no lugar de prateleiras de bibelôs, latinhas com ervas com as quais, posteriormente, poderemos nos servir?

Ter consciência sobre o próprio alimento ingerido é o mesmo que ter consciência de si. É diminuir a distância que nos separa de afetos, tão fundamentais quanto os alimentos. E, a partir daí, desencadear uma interação mais próxima e responsável com o meio e com nós mesmos. 🍷

ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social





Dinheiro e Energia

Há algo grande no ar



Aron Belinky

aron@ecopress.org.br
Consultor em sustentabilidade, responsabilidade social e consumo sustentável, é coordenador de Processos Internacionais do Instituto Vitae Civilis e colaborador de diversas outras organizações nessas áreas.

Não sou especialista em questões energéticas, mas sei perceber quando algo grande está se armando. E por isso estranho a aparente ausência de pessoas e organizações dedicadas à sustentabilidade e à justiça socioambiental no debate sobre as concessões de muitas das hidrelétricas existentes, que expiram a partir de 2015.

Em termos simples, o caso é o seguinte: uma fatia muito grande das tarifas cobradas pela energia elétrica destina-se a pagar os investimentos feitos na construção das usinas geradoras. Essa amortização é dividida ao longo de várias décadas, e regulada por contratos e leis entre Governo Brasileiro, investidores e as empresas que recebem a concessão para operar as usinas, vendendo a energia produzida.

E o que acontece quando, finalmente, o investimento inicial está totalmente amortizado? Há duas possibilidades básicas: (a) eliminar esse item da tarifa cobrada, baixando o preço da energia elétrica, ou (b) manter a tarifa como está, gerando um excedente de arrecadação nas empresas operadoras,

correspondente ao dinheiro que antes era destinado à amortização. Naturalmente, combinações entre uma e outra dessas opções são também possíveis. Mas, de quanto dinheiro estamos falando?

Em matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo do dia de 16 de julho de 2011, o repórter Renée Pereira, citando Paulo Skaf, presidente da FIESP, fala em R\$ 900 bilhões ao longo dos próximos 30 anos!

Segundo ele, este seria o valor acumulado da redução tarifária caso a opção fosse usar a oportunidade para baixar o preço da eletricidade. Artigo no mesmo jornal (“A ficha caiu”, de 26/06/2011) fala em redução de até 80% no preço da energia, e alerta para o *imbróglio* jurídico/econômico/político envolvido no assunto: como essa decisão será tomada? Quando? Por quem?

Essas são perguntas gerais, que já mobilizam os enormes interesses atentos à partilha dessa grande bolada. São perguntas que nós - pessoas comprometidas com a busca de um novo modelo de sociedade, mais justo e sustentável - também devemos nos fazer, mas precedidas de algumas outras: haveria mesmo vantagem em reduzir o preço da energia elétrica? Quem se beneficiaria disso? Preço mais baixo não seria um incentivo ao maior consumo e desperdício? Não seria o caso de manter os preços em vigor e usar a arrecadação excedente para investir em prioridades socioambientais?

Com tal volume de recursos, imaginem o quanto se poderia fazer pelas novas fontes de energia limpa, pela melhoria de eficiência do sistema atual, pela geração descentralizada, pela educação para o consumo... Isso sem prejuízo dos subsídios ou “tarifas sociais” para quem de fato precisa de eletricidade e não pode pagar por ela.

Essa disputa já começou, e a turma da sustentabilidade e da justiça socioambiental parece estar dormindo... No jornal já mencionado (p.B1), artigo do presidente do Instituto Acende Brasil avisa que ocorrerá em São Paulo um importante congresso sobre esse tema (www.brazilenergyfrontiers.com). As matérias que citei, e outras facilmente localizáveis, mencionam visões e atores importantes, e dão conta de que já existem no governo projetos sobre o assunto, com vários caminhos. Lembrem também que o Plano Plurianual 2012-2015 terá efeitos sobre isso, e será votado agora, no 2º semestre de 2011.

Então, colegas: estamos ligados na eletricidade? Ou vamos perder o bonde da História? ☺

Desenvolvimento institucional: a que será que se destina?



Cristiane Félix

Coordenadora do programa Desenvolvimento Institucional do Instituto C&A.

O Brasil deve muito do seu avanço como democracia às organizações sociais. Na Constituição de 1988, na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Conferência Rio 92, nos mais diversos âmbitos da cidadania – educação, meio ambiente, trabalho, saúde, habitação –, as diferentes formas de organização da sociedade civil vêm sendo vitais para o país, desde a retomada da vida democrática.

Hoje, porém, vivemos um momento crítico para muitas organizações sociais, que têm o desafio de se desenvolver e, em alguns casos, se legitimar. Não se trata apenas de obter recursos financeiros. Alguns estudos apontam que a maior perda para as ONGs não é a quantidade de verba, mas sim a qualidade. E o que isso quer dizer?

Organismos de cooperação internacional tornaram-se conhecidos no Brasil por sua aposta na atuação política das organizações sociais em temas como direitos humanos, gênero, raça e etnia. Hoje, porém, preferem voltar os olhos para nações em estágios de desenvolvimento menos avançados, pois já veem o Brasil fora da UTI social. Com a saída da cooperação, a pergunta que fica é quem cobrirá esta lacuna e de que forma, já que ainda há muito por fazer.

Tudo se agrava pela falta de um marco regulatório que lance luzes sobre questões que exigem novas abordagens, como o acesso a recursos públicos, contratos, aspectos tributários que afetam as organizações sociais. Igualmente, a obtenção de parâmetros de real incentivo ao investidor social privado e a reversão de uma tendên-


cia de criminalização sofrida pelas organizações sociais são questões ainda sem perspectiva.

Precisamos de instituições fortes, saudáveis, estrategicamente posicionadas e capazes de atuar nos novos contextos do planeta, para consolidar o sistema de garantia de direitos que deve sustentar uma democracia

Mudanças podem ser vetores de desenvolvimento e trazer elementos para ressignificar o contexto de atuação das organizações sociais. Na conjuntura atual, essa transformação implica, sobretudo, o desenvolvimento de um olhar estratégico e para ações que têm a ver com sua própria governabilidade. Pode representar, também, a incorporação de processos que trazem renovação: inovar na maneira de se comunicar com os diversos públicos e compartilhar valores, produzir conhecimento, investir em avaliação institucional, na formação de um conselho e incorporar ferramentas de gestão.

Evidentemente, as organizações sociais têm muitos pontos fortes, mas há muitos desafios. Muitos se referem

à reflexão interna sobre a identidade, a missão institucional, a retenção do capital técnico, transformação de suas práticas em tecnologias sociais. É urgente também que as instituições aprimorem seu diálogo com o conjunto da sociedade para ampliar a compreensão do seu papel e da sua importância.

Precisamos de instituições fortes, saudáveis, estrategicamente posicionadas e capazes de atuar nos novos contextos do planeta, para consolidar o sistema de garantia de direitos que deve sustentar uma democracia. Se as ONGs entram em risco, também ficam ameaçadas as conquistas sociais, que estão apenas em construção. A sociedade brasileira não pode deixar que isso aconteça. 



ZEPPELINI

ARQUITETURA



Construindo sonhos...



Troca de experiências culturais entre IBMistas do Japão e alunos brasileiros de escolas bilíngues interessados em conhecer a cultura e a língua japonesa

Orientando para evoluir

IBM Brasil investe no conceito de mentoriação para nortear jovens sobre temáticas como o aprendizado de um segundo idioma, noções sobre novas tecnologias e mercado de trabalho

Por Paula Craveiro

A IBM, uma das maiores companhias de Tecnologia da Informação (TI) do mundo, há cem anos desenvolve inovações e promove o uso da tecnologia em benefício das empresas, instituições e da sociedade, com o objetivo de construir um planeta mais inteligente.

“A companhia acredita que o fenômeno da globalização, que aproxima e conecta pessoas, representa um imenso potencial para aplicar a tecnologia no desenvolvimento de um mundo mais sustentável, com menos desperdício e mais eficiente”, afirma Ruth Harada, diretora de Cidadania Corporativa da IBM Brasil.

Nesse contexto, a Responsabilidade Social é tratada pela companhia como Cidadania Corporativa, em que os negócios, o relacionamento com os investidores e

os valores corporativos estão alinhados aos impactos ambientais, sociais e econômicos. Assim, a IBM conduz seus processos de negócios, desenvolve projetos e realiza parcerias com a finalidade de colocar a tecnologia a serviço da sociedade.

“O trabalho da área de Cidadania Corporativa tem por princípio desenvolver e conduzir projetos que contem com o auxílio da tecnologia para a promoção de melhorias que atendam às principais questões críticas da sociedade contemporânea, como desenvolvimento econômico, cidadania, educação e cultura, saúde e meio ambiente. Nosso objetivo é atuar com soluções tecnológicas que produzam resultados em escala global”, explica Ruth.



Trabalho social e voluntariado interno

A diretora destaca que o trabalho social gera triplo benefício: para a sociedade e as instituições, que usufruem o resultado do trabalho; para a IBM, que tem oportunidade de contribuir para a sociedade e o mercado, desenvolvendo seus recursos humanos; e, finalmente, para o funcionário, que tem a oportunidade de se desenvolver pessoal e profissionalmente, utilizando seus conhecimentos.

“Além do desenvolvimento pessoal e profissional, os funcionários têm o orgulho de pertencer e trabalhar em uma empresa que acredita e investe no desenvolvimento da sociedade”, ressalta.

A companhia reconhece a importância de ter seus colaboradores engajados em ações voltadas ao desenvolvimento social e, para valorizar essa prática, disponibiliza recursos tecnológicos gratuitamente (como computadores e licenças de *software* de colaboração e análise de dados). Esses programas contam com a participação de seus funcionários em atividades de trabalho voluntário junto a organizações não-governamentais. “De 2003 até agora, a IBM registrou mais de 13 milhões de horas de trabalho voluntário desenvolvido por funcionários em todo o mundo”, comenta.

Mentorização

A IBM possui uma longa história de programas inovadores em desenvolvimento de liderança, como a “mentorização”.

Conforme explica Ruth, a companhia tem a mentorização em sua cultura há muito tempo, com o objetivo de ajudar as pessoas a se conectarem com especialistas da empresa e, assim, aprimorarem suas habilidades, desenvolverem sua carreira e atingirem metas específicas do negócio.

“A mentorização é a chave para o desenvolvimento de lideranças na IBM, principalmente porque os funcionários estão habituados a colaborar em equipes espalhadas pelos 170 países onde a companhia atua”, afirma. “Mentorizar é fornecer algum tipo de orientação, presencial ou remotamente. É uma prática muito comum entre nossos colaboradores, que foi replicada para o público externo. Nesse novo âmbito, o processo pode ter como tema o ensino do inglês, mercado de trabalho em TI, gestão, novas tecnologias, entre outros. Dessa maneira, a IBM disponibiliza a expertise de seus funcionários para públicos externos e coloca a tecnologia a serviço da sociedade”, revela a diretora de Cidadania Corporativa.

Entre as ações já realizadas pelo projeto, Ruth destaca alguns exemplos:

A companhia reconhece a importância de ter seus colaboradores engajados em ações voltadas ao desenvolvimento social e, para valorizar essa prática, disponibiliza recursos tecnológicos gratuitamente

- Preparação de jovens para o mercado de trabalho e o futuro profissional (parceria com o Instituto Empreender).
- Ensino de inglês utilizando o *software* Englis4Smart (parceira com a ONG CDI).
- Troca de experiências culturais entre IBMistas do Japão e alunos brasileiros de escolas bilíngues interessados em conhecer a cultura e a língua japonesa.
- Assessoria a jovens brasileiros carentes que representarão o Brasil nos Estados Unidos, preparando-os para o encontro.
- Intercâmbio de experiências com jovens quilombolas no sentido de contribuir para que se viabilizem econômica e socialmente, sem deixarem suas comunidades.

O relacionamento entre mentor e “orientando” é realizado com o auxílio do MentorPlace, um programa desenvolvido para a educação e usado principalmente durante o ano letivo. “Trata-se de um programa muito bem estruturado, que permite a comunicação on-line segura entre um mentor e um estudante. Ele está sendo muito utilizado no trabalho voluntário que funcionários da IBM vêm realizando na celebração do centenário da empresa”, comenta Ruth Harada.

O programa começou a ser utilizado em 2000 e, atualmente, seu uso envolve cerca de 6.500 funcionários da IBM e 7.500 alunos de 35 países.

Público-alvo

Ruth explica que os funcionários interessados em participar do projeto identificam voluntariamente as habilidades que podem e gostariam de doar como trabalho social. De outro lado, são identificados públicos com uma necessidade ou vontade específica, como os exemplos citados pela diretora. “A IBM disponibiliza uma série de iniciativas conduzidas por instituições não-governamentais parceiras. Dessa forma, eles se engajam e formam grupos de voluntários que se organizam para conduzir a atividade. A empresa disponibiliza ainda uma série de recursos tecnológicos (softwares open source e até recursos financeiros, por vezes), para contribuir com o trabalho social de seus colaboradores”, afirma.

Cada projeto tem um objetivo específico que atende às necessidades de um público, mas, de acordo com a diretora de Cidadania Corporativa da IBM, a troca de experiências e a mentoriação são sempre ricas para ambas as partes. Os jovens sentem-se valorizados,




ouvidos e, muitas vezes, motivados a continuar estudando e progredindo. Os voluntários percebem o benefício de compartilhar ao mesmo tempo em que aprendem com os demais outros pontos de vista e realidades com as quais não estão acostumados.

Outras ações socioambientais

Além do diferenciado projeto de mentoriação, a IBM também conta com diversos programas de caráter socioambiental.

Entre as iniciativas, Ruth Harada destaca o *World Community Grid* (WCG), que é uma iniciativa de incentivo à doação voluntária de horas ociosas de computador, por meio da qual a IBM contribui com o desenvolvimento de pesquisas científicas em prol do tratamento e da cura de doenças que atingem a população mundial. “A tecnologia de *grid computing* fornecida pela empresa possibilitou a criação de uma comunidade global onde qualquer pessoa pode contribuir para pesquisas científicas. Entre os principais temas estudados pelo WCG estão Aids, câncer e dengue, além de estudos relacionados à água”.

A capacidade ociosa de milhares de computadores do mundo todo se transforma em um imenso poder computacional. Já são mais de 547 mil pessoas inscritas e mais de 1,725 milhão de computadores envolvidos. “O poder computacional que esses computadores formam atualmente equivale a mais de 443 mil anos de processamento de dados doados para as pesquisas”, ressalta a diretora. 

Os jovens sentem-se valorizados, ouvidos e, muitas vezes, motivados a continuar estudando e progredindo. Os voluntários percebem o benefício de compartilhar ao mesmo tempo em que aprendem

PROMOÇÃO CARTÃO DE VISITAS

300gr + VERNIZ LOCALIZADO

500 unidades
R\$ 110,00

1.000 unidades
R\$ 140,00



Class Comunicação: Marketing Digital e Impressos

A Class Comunicação foi criada para auxiliar e orientar clientes em ações de marketing, de forma simples, prática e objetiva. Nosso objetivo é diminuir o espaço que existe entre uma campanha e o cliente. Abrangemos uma grande variedade de serviços relacionados a marketing virtual, como desenvolvimento de sites e hotspots, e-commerce (loja virtual), campanhas de e-mail marketing, desenvolvimento de identidade visual, entre outros.

Assumimos também a responsabilidade de trazer aos nossos clientes alta qualidade e baixo custo em tudo que diz respeito a material impresso, firmamos uma parceria com uma das mais renomadas gráficas do país e com isso conseguimos oferecer um material diferenciado, de qualidade, com preço baixo e livre de preocupações, pois gerenciamos todo o processo de produção, desde o desenvolvimento da arte até a entrega do material pronto para divulgação/distribuição.

Saiba mais sobre nossos Serviços ou confira nossos ótimos preços para materiais Impressos.

Alguns Serviços

- Websites
- E-commerce
- E-mail Marketing
- Folders
- Catálogos
- Impressos em geral
- Identidade Visual
- Logotipos

Tel.: 11 2339.1003 | 2851.1003
contato@classcomunicacao.com.br
www.classcomunicacao.com.br

CLASS comunicação

Educação para a sustentabilidade: até que ponto as empresas conseguem fazer sua parte na educação do consumidor?

A preocupação com a sustentabilidade é uma realidade para as grandes empresas no Brasil. Definir sua posição perante o tema não é somente uma questão de filosofia corporativa, mas um diferencial competitivo no mercado. O consumidor, por sua vez, apresenta indícios de estar cada vez mais atento ao engajamento corporativo em ações sociais, ambientais e à maneira como as empresas conduzem seus negócios.

Mais do que isso, o consumidor passa a ter cada vez mais recursos para deixar de ser um espectador e passar a ser um ator no processo da sustentabilidade. Se, por um lado, mostra-se mais atento à comunicação e às ações efetivas realizadas pelas empresas, por outro, passa a construir sua própria experiência com a questão, definindo em que medida a sustentabilidade passa a embasar suas ações e decisões de compra.

Mas que posição tomam as empresas nesse processo? Existe contribuição no processo de aprendizado do consumidor sobre sustentabilidade? Será que as empresas auxiliam o consumidor a identificar ações responsáveis e definir as melhores opções de compra? Ou este é um desafio para outro tipo de entidade?

Pouco mais da metade dos consumidores (63%) declara pelo menos ter ouvido falar de alguma empresa informando seus clientes ou a população em geral sobre como contribuir para uma sociedade melhor e um meio ambiente mais limpo. O dado é resultado da pesquisa Comunicação e Educação para a Sustentabilidade, fruto da parceria entre o instituto de pesquisa de mercado e opinião pública Market Analysis e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

A notícia é positiva e mostra indícios do movimento corporativo nesse sentido. No entanto, a incidência ainda é tímida se comparada à proporção de consumidores que ouviu falar sobre empresas agindo em prol da sociedade ou do meio ambiente, 98%. A brecha encontrada entre esses percentuais indica que o esforço corporativo na comunicação sobre sustentabilidade está ainda mais concentrado na divulgação de ações realizadas pelas empresas do que em auxiliar o consumidor na construção de uma conduta mais responsável.

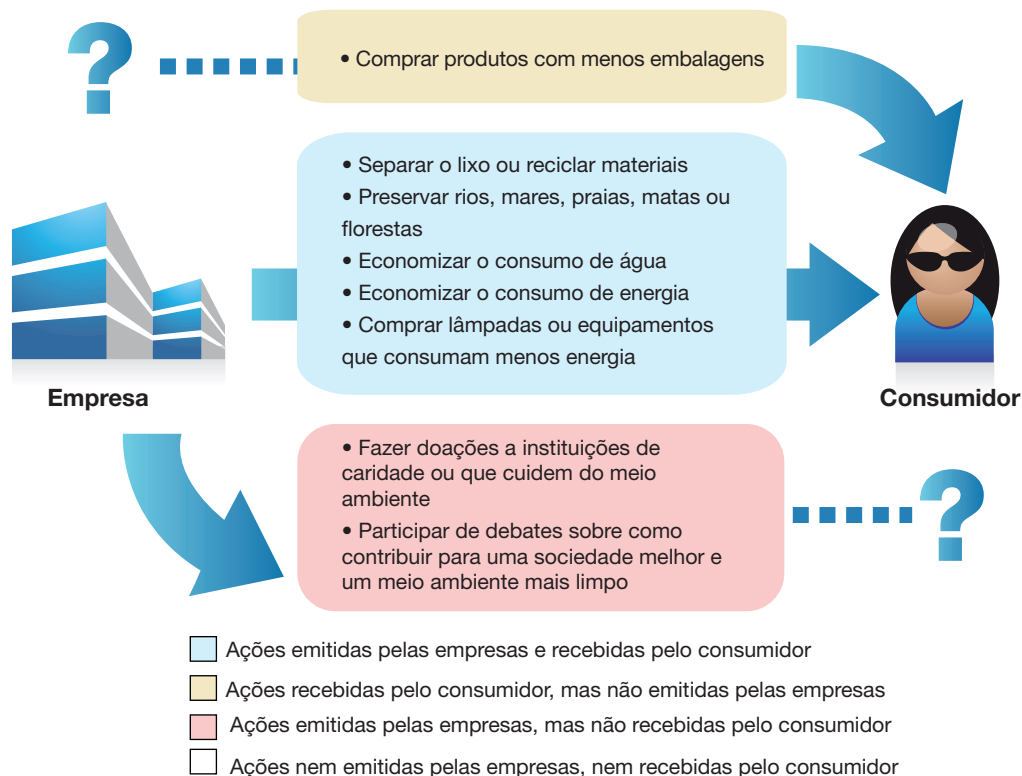
Se 63% dos consumidores reconhecem que existe um esforço das grandes empresas em lhes educar com relação à sustentabilidade, qual é o tipo de informação que está chegando até esses consumidores?

A pesquisa questionou quais são as informações recebidas das grandes empresas a partir das quais os consumidores aprenderam a ter condutas mais responsáveis, ao mesmo tempo em que questionou os empresários sobre as informações que comunicam aos consumidores em termos de educação para sustentabilidade. O resultado é o diagrama exposto a seguir.

Existe um consenso em torno da comunicação de algumas ações que são apontadas tanto pelos empresários quanto pelos consumidores. Em geral, são questões que envolvem a economia de recursos como água e energia, a reciclagem de lixo, a preservação da natureza e a opção pela compra de lâmpadas ou equipamentos que sejam mais econômicos energeticamente. São ações que formam a base do comportamento responsável; é o caminho por onde o consumidor geralmente inicia suas ações sustentáveis. O fato de a educação para essas ações ser proporcionada pelas empresas revela o potencial corporativo em despertar o consumidor para a questão da sustentabilidade, direcionando-o a tomar suas primeiras iniciativas concretas.

As empresas, no entanto, acreditam estar educando o consumidor em um contexto ainda mais abrangente, ensinando-os como fazer doações a instituições sociais e como participar de debates sobre a sociedade e o meio ambiente. Mas essas são informações que o consumidor não percebe como advindas das empresas. Observa-se que são ações que demandam maior envolvimento do consumidor, seja por meio da exposição de seu posicionamento e discussão sobre o assunto, seja pela contribuição financeira. Nesse ponto, cabe refletir se existe uma falta de efetividade da comunicação corporativa sobre essas ações ou se há uma baixa receptividade do consumidor acerca desse tipo de iniciativa, o que acaba refletindo na indiferença com o aprendizado disseminado pelas empresas.

Educação para a sustentabilidade: o que as empresas comunicam e o que o consumidor aprende?



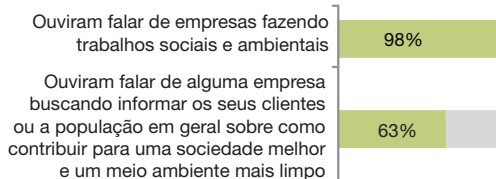
Ações educativas nem emitidas pelas empresas nem recebidas pelo consumidor

- Comprar produtos produzidos localmente
- Não desperdiçar alimentos
- Comprar produtos orgânicos
- Usar menos carro e mais transporte público

No que se refere às questões voltadas diretamente ao consumo, as empresas se mostram ainda bastante ausentes no trabalho de educação ao consumidor. Ações como a compra de produtos produzidos localmente, compra de produtos orgânicos e compra de produtos com menos embalagens não são abordadas pelas empresas, muito embora o consumidor tenha a percepção de que a última seja um aprendizado obtido diretamente das empresas. Esse cenário evidencia a falta de presença das empresas em um dos principais focos de relacionamento com o consumidor: o processo de compra.

Ainda há um grande caminho a ser percorrido quando se trata de educação do consumidor. Uma vez que os consumidores despertam para a importância de um comportamento mais responsável e

Exposição do público a informações educativas sobre sustentabilidade e informações sobre o trabalho corporativo em sustentabilidade



passam a adotar condutas mais sustentáveis como resultado das informações disseminadas pelas grandes empresas, existe uma grande oportunidade para as que as empresas desenvolvam um papel mais ativo nesse processo e, inclusive, mais direcionado ao processo de compra de produtos e serviços.

As empresas, no entanto, acreditam estar educando o consumidor em um contexto ainda mais abrangente, ensinando-os como fazer doações a instituições sociais e como participar de debates sobre a sociedade e o meio ambiente

Ficha técnica:

Público geral: amostra de 250 casos, entrevistas realizadas no período de 22 a 28 de julho de 2010, por telefone, com adultos de 18 a 69 anos.

Público especializado: amostra de 42 casos, entrevistas realizadas no período de 9 a 30 de julho de 2010, por telefone, com representantes de grandes empresas, consultores, experts, acadêmicos, estudiosos, mídia, agências de comunicação, publicidade e assessoria de empresas, todos voltados e especializados na área de sustentabilidade corporativa.

Link

www.marketanalysis.com.br

e-mail

info@marketanalysis.com.br

Telefone

(48) 3234-8573



Programa Clickarvore

O Programa Clickarvore, da Fundação SOS Mata Atlântica, está com inscrições abertas para seu 3º edital, que doará 981 mil mudas aos interessados em colaborar com a restauração do bioma mata atlântica. Podem participar proprietários rurais, pessoas físicas ou jurídicas, associações, Oscips e ONGs das seguintes regiões: oeste de São Paulo; norte central e noroeste Paranaense; sudoeste e leste do Mato Grosso do Sul; Rio de Janeiro e sul da Bahia. Ao todo, serão restaurados 588 hectares de áreas degradadas. A iniciativa irá beneficiar projetos para a restauração de áreas de 1,5 a 30 hectares, por meio da doação de mudas patrocinadas pelo Bradesco. As inscrições vão até 20 de setembro.

www.clickarvore.com.br

Projeto Tira-Dúvidas

Dúvidas de gramática, redação, matemática financeira e porcentagem foram as mais requisitadas nos cerca de 8 mil atendimentos gratuitos realizados pelos postos do projeto Tira-Dúvidas. Desde a implantação, em fevereiro de 2010, quem mais procura o serviço são os passageiros que circulam pelas linhas de trem e metrô da cidade de São Paulo – já que o projeto está instalado nas estações Brás da CPTM e Consolação do Metrô. Os interessados em esclarecerem suas dúvidas podem se dirigir a um dos postos, sem nenhum agendamento. Eles funcionam de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas. A iniciativa é uma parceria entre a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, a CPTM, o Metrô e a Estácio, instituição de Ensino Superior.

www.stm.sp.gov.br

Pnuma cria galeria criativa de comunicação sustentável

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) lançou o seu primeiro banco de dados de campanhas publicitárias especificamente dedicadas a assuntos relacionados à sustentabilidade. A galeria criativa também foi criada para auxiliar e promover as áreas de pesquisa, educação e informação relacionadas ao marketing, publicidade e comunicações. Por isso, o PNUMA faz questão de convidar publicitários, empresas, governos, autoridades locais e organizações não-governamentais para submeterem suas campanhas a esse banco de informações – com o objetivo de dividir suas experiências e garantir que essa galeria seja uma ferramenta viva, constantemente alimentada.

Radar

Comunicação – Visibilidade e Captação de Recursos

O livro *Comunicação – Visibilidade e Captação de Recursos para projetos sociais* (204 págs., R\$ 39) reúne matérias e artigos ligados à comunicação e ao marketing para a área social. Todos os textos já foram publicados na Revista Filantropia, ao longo de seus dez anos de existência. Revisados e atualizados, artigos de diversos autores especialistas na área foram compilados e divididos em cinco capítulos, trazendo informações úteis sobre ferramentas de marketing que podem ser utilizadas para promover um projeto social de forma eficiente. O objetivo é proporcionar aos leitores estratégias de gestão da comunicação que possam incrementar as ações das instituições sociais.



www.zeppelini.com.br

Empreendedorismo Social – Da teoria à prática, do sonho à realidade

Empreendedorismo Social – Da teoria à prática, do sonho à realidade (232 págs., R\$ 52,90) mostra casos de sucesso e um modelo de aplicabilidade para as ideias que expõe ao longo de toda a obra. O livro pretende ensinar o leitor a disciplinar o pensar sem que com isso anule o sonhar, formando, portanto, um empreendedor que sonha com os pés no chão e é capaz de transformar a realidade que o cerca. Este obra é, como seu autor mesmo diz, um manual – embora não seja demasiadamente técnico. Trata-se de um livro de fácil leitura, útil tanto para leigos quanto para especialistas que desejam enfrentar a questão social passando da teoria à prática, transformando seus sonhos em realidade.



www.qualitymark.com.br

Construindo Planos de Empreendimentos

A Coleção Elsevier de Empreendedorismo traz ao público o seu segundo volume – *Construindo planos de empreendimentos: Negócios lucrativos, ações sociais e desenvolvimento local* (296 págs., R\$ 65). A obra, de autoria de Cesar Simões Salim, apresenta a melhor maneira de se planejar um empreendimento, destacando aspectos críticos que precisam ser observados durante a execução de um projeto. Por meio de exemplos e casos didáticos, o leitor também poderá ter acesso a planos completos para diferentes tipos de empreendimentos. Em suma, o livro provocará reflexões que determinarão o sucesso do trabalho.



www.elsevier.com.br

Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor

Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor – Criação de ONGs e Estratégias de Atuação (344 págs., R\$ 71) tem a finalidade de apresentar técnicas inerentes à gestão das organizações não-governamentais e outros tipos de organizações sociais, sem fins lucrativos, que compõem o Terceiro Setor. Em uma abordagem sobre a realidade brasileira, a obra propõe um roteiro para criar uma organização voltada ao desenvolvimento de atividades de interesse público, com seus trâmites legais e burocráticos. Tais aspectos, na forma como são apresentados no livro, ganham importância em face do rápido crescimento do número de organizações do Terceiro Setor no contexto nacional.



www.edatlas.com.br

Exposição Somos Terra

A exposição gratuita *Somos Terra*, na Umapaz, ficará disponível para visitação no Parque do Ibirapuera (SP), em São Paulo, até o dia 10 de setembro. De forma interativa, o visitante confere a história dos elementos do universo e da formação do nosso planeta. As instalações artísticas, criadas pelo cenógrafo Marko Brajovic, contemplam: vida, água, floresta, micro e macro e as conexões. Há efeitos de cores, luzes e aromas que buscam, por meio do sensorial, proporcionar uma experiência de encantamento com a natureza. A visitação é indicada para todos os públicos e acontece diariamente, das 10h às 17h. Para a curadora da Somos Terra, a experiência fará com que o público se relacione de forma mais colaborativa e respeitosa com o meio em que vive.

 www.prefeitura.sp.gov.br/umapaz

Nova rede social

A rede social *Woco News (World Community News)* nasceu com foco na responsabilidade social. Os donos de perfis podem indicar ONGs para receberem espaço gratuito de publicidade, ou destinação de verba de anunciantes solidários. Com foco em notícias e negócios, outra inovação exclusiva é a participação direta do usuário na administração de 30% do espaço destinado à publicidade na comunidade. Segundo o criador do projeto, Alan Lima, “a seleção das instituições que serão beneficiadas é de responsabilidade dos próprios usuários da rede”. Disponível em português, Inglês e Espanhol, a iniciativa já conta com mais de 20 mil perfis cadastrados.

 www.woconews.com

Selos com espécies ameaçadas celebram 50 anos da WWF

O Correio britânico lançou uma série de selos com imagens de espécies de animais ameaçadas para comemorar o 50º aniversário da ONG ambientalista internacional WWF. A série é formada por 14 selos com imagens de animais – cinco deles da fauna brasileira. Todo o material foi produzido com papel fabricado a partir de árvores de florestas controladas e certificadas ou de fontes recicladas. Dois dos selos ainda trazem uma inovação tecnológica. Usuários de *smartphones*, com a ajuda de um aplicativo especial, poderão escanear as imagens e assistir a vídeos sobre as espécies ameaçadas, narrados pela atriz Miranda Richardson, embaixadora da WWF.



STJunior

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) lançou um canal de comunicação com crianças e adolescentes. Trata-se do site STJunior, cujo objetivo é apresentar o mundo do Direito ao público infanto-juvenil. Para isso, seis personagens virtuais com nomes inspirados no universo jurídico, como Mutatis e Toguinha, explicam temas como a estrutura do judiciário e a complicada linguagem jurídica por meio de jogos e animações. Além do STJ, outros órgãos públicos adotaram páginas na internet exclusivas para crianças e adolescentes. O Ministério Público Federal (MPF), por exemplo, tem o *Turminha do MPF*. Outro site do gênero é o projeto *Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola*, mantido pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB).

 www.stjunior.stj.jus.br

O Pequeno Leitor

O site Pequeno Leitor tem como objetivo despertar nas crianças em fase de alfabetização o gosto pela leitura. Idealizado pela publicitária Stela Greco Loducca, o portal usa histórias animadas, jogos de interpretação de textos e brincadeiras para enriquecer o vocabulário, transformando o ato de ler em algo prazeroso, instigante e criativo. A partir do momento da inscrição, a criança cria seu avatar e ganha um amiguinho imaginário, personagem que ficará o tempo todo ao seu lado, dando dicas de navegação, tirando dúvidas e estimulando a interação com as demais ferramentas do portal. “O Pequeno Leitor é um projeto democrático. Não é preciso ser assinante e pagar algo para ter acesso ao conteúdo”, explica Loducca.

 www.opequenoleitor.com.br

Sustentabilidade Allianz

Idealizado pelo Grupo Allianz para promover o conhecimento e o diálogo sobre importantes questões globais, como energia renovável, mudanças climáticas, saúde, mobilidade, segurança e crescimento populacional, o Sustentabilidade Allianz está com novo visual e funcionalidades. O site ampliou o número de informações e engloba um rico conjunto de pesquisas, gráficos e imagens. A ideia é tratar a sustentabilidade de maneira abrangente. O tema mudanças climáticas, por exemplo, é analisado sob diversos pontos de vista, mostrando suas causas e impactos no planeta, como na seção Multimídia, que traz o especial: Pontos de vulnerabilidade do clima (*Tipping Points*), abordando as 12 regiões da Terra que serão mais afetadas pelas alterações climáticas.

 www.sustentabilidade.allianz.com.br

Jogos Limpos

A sociedade civil ganhou uma nova ferramenta para acompanhar os investimentos com recursos públicos, destinados à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos em 2016. A página do projeto *Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios* permite que o cidadão tenha acesso às atividades e aos debates que estão sendo promovidos pelo governo e pela sociedade civil. Além disso, terá acesso a notícias sobre transparência e controle social e ao mapeamento das iniciativas ligadas aos eventos esportivos. Os interessados poderão acompanhar também o estágio das obras, a origem dos recursos, quais são as empresas responsáveis pelo trabalho e se as iniciativas seguem os padrões de responsabilidade social e ambiental.

 www.jogoslimpos.org.br

Setembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
14	Governo 2.0: a utilização das mídias sociais na Gestão Pública	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
15	Redação de Projetos para apresentação no Siconv	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
19	XIX Olimpíada Estadual das APAEs de Santa Catarina	Joinville/SC	APAE de Joinville	www.joinville.apaebrasil.org.br
19	IV Fórum Nacional de Mantenedoras da ANEC e IV Assembleia Geral Eletiva	Brasília/DF	ANEC	www.aneceventos.org.br/assembleia
20	Sistema Tributário Municipal: Estruturando para arrecadar melhor	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
22	Atualização contábil e cuidados na elaboração das demonstrações contábeis	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
23	Prestação de Contas Siconv	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
26	Imersão em Captação e Mobilização de Recursos - 7ª Turma	Atibaia/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
27	Dependência Química e Prática Profissional	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Outubro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
3	Crowdfunding: uma nova ferramenta de captação de recursos pela internet	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
4	As Certificações e Normatizações da Responsabilidade Social e da Sustentabilidade	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
5 a 8	Programa prático de Desenvolvimento e (re) organização de pequenas e médias ONGs	Atibaia/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
6	Editais Internacionais de financiamento a projetos sociais no Brasil	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
6	Recrutamento e seleção de profissionais para ONGs	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
10	Elaboração e gestão de projetos públicos	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

*Mais de 40 anos
de exclusivo
compromisso com as
entidades do 3º setor*

www.sergiomonello.com.br

Dia	Evento	Local	Realização	Info
11	Técnicas artísticas para projetos sociais com crianças e adolescentes	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
13	Redação para Projetos Sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
25	Planejamento Estratégico de Atividades de 2012	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
27	Desenvolvimento comunitário e o impacto do trabalho com famílias	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Novembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
3	Curso Intensivo de Sustentabilidade	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
7	Elaboração de Projetos e Captação de Recursos - Curso Intensivo Itinerante	Recife/PE	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
8	Portal de Convênios Siconv - Curso Intensivo Itinerante	Recife/PE	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
17	Controladoria e Planejamento para a administração financeira de projetos sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
21	Captação de Recursos para o Terceiro Setor – Curso Intensivo Itinerante	Florianópolis/SC	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
22	Comunicação e Marketing de Organizações Sociais – Curso Intensivo Itinerante	Florianópolis/SC	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
24	Interdisciplinaridade na Atuação social - Formação e motivação de equipes	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Dezembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
5	Captação de Recursos para o Terceiro Setor – Curso Intensivo Itinerante	Brasília/DF	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
6	Comunicação e Marketing de Organizações Sociais – Curso Intensivo Itinerante	Brasília/DF	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

São Paulo/SP

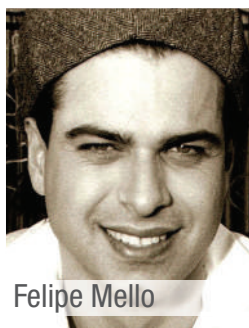
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF

Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

(11) 3872.1195

Tragédia pra grego nenhum botar defeito



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br
 Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Ésqüilo, Eurípides e Sófocles teriam muito trabalho se ainda estivessem por aqui. Autores gregos que viveram há mais de vinte séculos deixaram como contribuição tragédias que até hoje são conhecidas, estudadas e encenadas. Por que estariam assobrados de oportunidades de criação nos dias atuais? A resposta poderia ser construída pela observação de estatísticas generosamente divulgadas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, relacionamentos interpessoais e outros. A espécie humana, cada vez mais criadora, parece estar se aprimorando na sinistra arte de construir condições trágicas pelo excesso de conhecimento aplicado sem sabedoria. Para escaparmos um pouco da síndrome da primeira resposta, um pouco de passeio por fatos e provocações.

A palavra tragédia vem do grego *tragoidia*, “peça ou poema com final infeliz”. Aparentemente deriva de *tragos*, “bode”, mais *oidea*, “canção”. E isso viria do drama satírico, em que os atores se vestiam de sátiros, com suas pernas cabeludas e chifres de bode. Uma das características essenciais para a classificação de uma obra como uma tragédia é o seu clima de tensão permanente e a apresentação de sinais que apontam para um inevitável final trágico.

Qualquer um dos autores citados se esbaldaria se decidisse retratar dramaticamente a forma como o ser humano

contemporâneo vem tratando, por exemplo, a questão das possíveis intersecções entre a saúde física e a mobilidade – ou a falta dela – nas cidades de todos os portes.

Primeiro ato

O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) divulgou que o Brasil fechou 2010 com uma frota de 64,817 milhões de veículos registrados. Em dez anos, uma escalada de 119%, traduzida pela presença de mais 35 milhões de veículos nas ruas, levando em consideração carros, motos, caminhões e outros tipos de automotores inseridos no cadastro desde 1990.

Recorrendo às informações do Censo IBGE 2010, verificamos que vivem no Brasil 190,732 milhões de pessoas. Calculadora em punho, chegamos à conclusão que atualmente o país tem uma média de um carro para cada 2,94 habitantes. Como tragédia pouca é bobagem, estatísticas divulgadas em julho de 2011 indicam que o número de carros vendidos no primeiro semestre comprova um crescimento de mais de 10% em relação ao mesmo período de 2010.

Segundo ato

A Organização Mundial da Saúde (OMS) sugeriu em relatório recente que aproximadamente 2 milhões de mortes anuais no mundo podem ser colocadas na



conta do sedentarismo. Adeptos desta “prática” são candidatos mais propensos à hipertensão arterial, infarto agudo do miocárdio, obesidade, depressão, déficit cognitivo, ansiedade, diabetes, câncer, aterosclerose, artrose, doença pulmonar, osteoporose, aumento do colesterol ruim e, ainda, maior sensação de cansaço, mau humor e indisposição.

Exercício: em nossa rede de relacionamentos mais próximos, quantos casos desses podem ser observados? Dentre eles, quantos estão presentes em pessoas sedentárias?

Exemplo: estudo divulgado em meados deste ano no *The Lancet*, um grupo internacional de pesquisa que atua em colaboração com a OMS, apontou que as taxas de diabetes têm aumentado ou permanecido iguais em quase todas as partes do mundo durante as últimas três décadas. A cifra já supera 347 milhões de casos em todo o mundo. Somente na China são 138 milhões. Nos EUA, 36 milhões. Mais conhecimento e tecnologia não estão resolvendo. As duas maiores potências econômicas no topo puxam a fila do fracasso em termos de bem-estar.

Terceiro ato

Durante mais de 2,5 milhões de anos a espécie humana caminhou bastante, literalmente, pela necessidade de alimento ou busca por proteção. Nas últimas décadas, são inúmeras as propostas de facilidades criadas para imobilizar o corpo. Como alguém tem de produzir e comprar toda a parafernália oferecida, cada vez mais nossa agenda é entregue ao trabalho. As horas fora do local de produção (escritório, fábrica ou rua) são usadas para comprar ou se deslocar, basicamente. Nas médias e grandes cidades, o tempo disponível para cuidar do corpo (e, por tabela, da mente) é surrupiado em ordem crescente por filas modorrentas de carros a qualquer hora do dia ou da noite. Dante Alighieri classificaria seu inferno de *playground* se passasse uma semana observando a Marginal Tietê às seis e meia da tarde.

Tragicomédia

José Simão, cronista muito bem humorado, diz que o Brasil é o país da piada pronta. Talvez seja coerente também dizer que o ser humano é a espécie da tragédia pronta e anunciada. Observando os números expostos, até que seria uma boa piada se não fosse verdade. Caminhamos a passos largos para um colapso generalizado em termos de saúde e mobilidade, uma atrapalhando a outra, em justa equação de vice-versa. Aparentemente, somente traumas expressivos serão capazes de frear o ímpeto de consumir veículos ou a pandemia da preguiça sedentária. O cômico é verificar que, aos moldes do *Discurso da servidão voluntária*, de Etienne de La Boétie, temos fatos incontestáveis que anunciam a tragédia e mesmo assim continuamos sua construção diariamente. Será que confirmaremos a inevitabilidade que marca esse tipo de espetáculo? Voluntários construindo seu próprio cadafalso? Em uma derradeira analogia teatral, talvez seja oportuno lembrar que uma boa história é escrita por protagonistas. Que eles se levantem do sofá e provem que todo o conhecimento gerado pela humanidade não se reverterá em seu próprio presente de grego. 🌀

Dante Alighieri classificaria seu inferno de *playground* se passasse uma semana observando a Marginal Tietê às seis e meia da tarde



AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente

A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que trabalha há mais de seis décadas em prol do bem-estar de pessoas com deficiência física. A entidade nasceu do sonho do médico Renato da Costa Bomfim, que queria criar no Brasil um centro de reabilitação com a mesma qualidade dos centros que conhecia no exterior para tratar crianças e adolescentes com deficiências físicas e reinseri-los na sociedade. Há mais de dez anos a AACD realiza o Teleton, que reúne artistas e personalidades numa maratona televisiva em busca de doações. Agora, a associação conta também com uma loja ortopédica que, além de comercializar produtos médico-hospitalares necessários aos seus pacientes, também tem a renda revertida para manutenção de suas unidades.

 www.aacd.org.br

Associação Fala Mulher

A Associação Fala Mulher é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e nasceu em 2004 com o objetivo de promover ações que garantam a cidadania da mulher em situação de risco social, prostituição e violência doméstica e sexual oferecendo-lhe acolhimento, assistência, atendimento e encaminhamento a serviços de orientação psicológica, jurídica e social, além de projetos que incentivam a geração de trabalho e renda. Tal processo resgata a autoestima, autonomia e cidadania (direitos e deveres) para a diminuição da violência contra a mulher e a reconstrução de sua dignidade e espaço na sociedade. As atividades da associação e seus respectivos projetos (Casas Abrigo, Núcleos de Defesa e Convivência da Mulher e geração de trabalho e renda) concentram-se, atualmente, na cidade de São Paulo.

 www.falamulher.org.br



ONG Amigos do Pelo

A ONG Amigos do Pelo é uma associação de proteção animal, sediada em São Paulo, que visa proporcionar conforto, bem-estar e alimentação a cães e gatos. A renda gerada a partir da comercialização dos produtos da ONG é revertida para a manutenção da entidade e dos animais por ela cuidados.

 (11) 2281-8439

Cooperafis

A Cooperafis é uma cooperativa regional de artesãs do sertão, sediada em Valente, interior da Bahia. Os produtos são confeccionados por cerca de 150 mulheres ligadas à cooperativa, como objetivo de gerar renda para as famílias das envolvidas, contribuindo, assim, para a melhoria das condições de vida. Entre os itens produzidos estão bolsas, chapéus, porta-CDs, porta-canetas e jogos americanos, que utilizam matérias-primas renováveis, técnicas tradicionais e uso de corantes naturais de árvores nativas como angico, jurema, são João, baraúna e erva de passarinho.

 <http://cooperafisvalente.blogspot.com>



Treinamentos em Gestão Social



São Paulo - SP
4 de outubro

As Certificações e Normatizações da Responsabilidade Social e da Sustentabilidade

Augusto Roque

6 de outubro

Recrutamento e seleção de profissionais para ONGs

João Paulo Vergueiro

11 de outubro

Técnicas artísticas para projetos sociais com crianças e adolescentes

Mara Vieira Paixão

13 de outubro

Redação para Projetos Sociais

Marcos Gross

14 de outubro

Administração de Projetos pelo método do Marco Lógico (Logical Framework Approach)

Eduardo Magalhães

17 de outubro

Ferramentas para liderança colaborativa e aprimoramento de competências: uma iniciação

Beth Kuhnen, Paula Falcão

20 de outubro

Construindo a RS: ISO 26000 (Módulo iniciante)

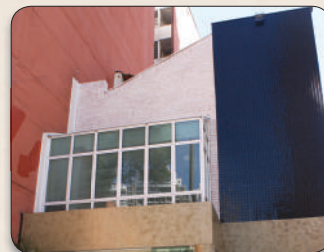
Francisco Luiz Biazini Filho

Campo Grande - MS

19 a 21 de outubro

Planejamento, Elaboração, Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos

Carol Zanoti



Venha conhecer a nova estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA
filantropia
& gestão social

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2281-9643

dialogo@dialogosocial.com.br

diálogo
social

Feira e Congresso de Ongs Brasileiras

Aqui, pessoas e empresas investem em ação social e contribuem para uma sociedade mais justa.



ONG Brasil



Quem Expõe

- Organizações Não Governamentais (ONGs) Brasileiras ou com atuação no Brasil.
- Fundações e Institutos ligados ao Governo e à iniciativa privada.

Do Brasil para o Mundo

Em março de 2011 a UBM de Londres realizou a primeira edição do Responsible Business, adequando a ideia do evento ONG Brasil à realidade do setor na Europa.

Além disso, a UBM está programando eventos similares na Índia e China. Na Índia, o evento está confirmado para 17 a 19 de novembro de 2011, em Gurgaon, próximo a Deli.

Quem Visita

- Cidadãos que buscam causa para começarem uma ação social, seja com a doação de dinheiro ou outros bens materiais, ou ainda a "doação" de tempo por meio do trabalho voluntário
- Representantes da área de Responsabilidade Social, Gestão Ambiental, Marketing e outras correlatas do setor público e privado.
- Executivos que ainda não têm uma política de Responsabilidade Social e estão definindo o foco a ser adotado por suas empresas.
- Empresários.
- Gestores do Terceiro Setor.

Participe dessa iniciativa

ONGs, empreendedores e organizações com visões sustentáveis reunidos em um mesmo local.

Informações e inscrições:
www.ongbrasil.com.br

15 a 17 Dezembro 2011

Expo Center Norte | São Paulo - SP



Organização:



Conteúdo:



Parceiro Oficial:



Mídia Oficial:



Apoio:



Apoio Institucional:

